



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

ESTADO DO PARÁ

Diretor-Geral LAERCIO BARBALHO

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXXIII — 75.º DA REPÚBLICA — NUM. 20.304

BELEM — SABADO, 25 DE ABRIL DE 1964

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR :

Doutor AURELIO CORREA DO CARMO

VICE-GOVERNADOR :

Dr. NEWTON MIRANDA

SECRETARIO DE ESTADO DO GOVERNO :

DR. EDUARDO NELSON CORREA DE AZEVEDO
SECRETARIO DO INTERIOR E JUSTICA :

Dr. RAIMUNDO MARTINS VIANA

SECRETARIO DE FINANÇAS :

Dr. HENRY CHECRALLA KAYATH

SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA

Dr. PEDRO VALLINOTO

SECRETARIO DE OBRAS, TERRAS E AGUAS :

Dr. EFRAIM RAMIRO BENTES

SECRETARIO DE EDUCACAO E CULTURA :

Dr. BENEDITO CELSO DE PADUA COSTA

SECRETARIO DE PRODUÇAO :

Dr. JOSÉ MANUEL REIS FERREIRA

SECRETARIO DE SEGURANCA PUBLICA :

Dr. EVANDRO RODRIGUES DO CARMO

DEPARTAMENTO DO SERVICO PUBLICO :

Sr. JOSÉ NOGUEIRA SOBRINHO

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

PORTARIA N. 18/64 — DE 23
DE ABRIL DE 1964

O Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, alínea f), do Decreto n. 378, de 14/9/1951 e de acôrdo com o que dispõe o art. 12 do Decreto-lei n. 3.618, de 2/12/1940,

RESOLVE :

Designar a escriturária, padrão

H. Maria de Jesus Milhomem, para responder pela Tesouraria desta Repartição até ulterior de liberação e em consequência do afastamento da titular, Coaracy de Barros Monteiro.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete da Direção, 23 de abril de 1964.

LAERCIO BARBALHO
Diretor Geral

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS TERRAS E AGUAS

Sentença proferida pelo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de compra de terras devolutas do Estado, no Município de Soure em que é requerente: — Pedro Lopes da Silva e Leônicio da Silveira

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação

Considerando que os pareceres Jurídico e Administrativo dos Senhores Drs. Consultor Jurídico e Chefe do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis ao requerente;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Resolvo deferir a petição inicial recorrendo "ex-officio" ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras, para aguardar o prazo legal de recurso.

S.E.O.T.A. e 22/4/64.

Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado de Obras,
Terras e Águas

Sentença proferida pelo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de compra de terras devolutas do Estado, no município de São Caetano de Odivelas, em que é requerente: — Elpidio Rodrigues Saraiva.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação

Considerando que os pareceres Jurídico e Administrativo dos Senhores Drs. Consultor Jurídico e Chefe do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis ao requerente;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Resolvo deferir a petição inicial recorrendo "ex-officio" ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado.

Publique-se na I.O. e volte ao

Serviço de Terras, para aguardar o prazo legal de recurso.

S.E.O.T.A. e 22/4/64.

Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado de Obras,
Terras e Águas

Sentença proferida pelo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de compra de terras devolutas do Estado, no município de Benevides, em que é requerente — Suez Odate.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação

Considerando que os pareceres Jurídico e Administrativo dos Senhores Drs. Consultor Jurídico e Chefe do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis ao requerente;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Resolvo deferir a petição inicial nos termos da informação do agrimensor desta Secretaria de Estado, com as seguintes indicações e limites — Pela frente com

terras de José Rufino e Maria Rufino Moisés; pelos fundos com terras ocupadas por Sistou Iguti; pelo lado direito com terras de Masao Watanabe e de Masaesti Maeda e pelo lado esquerdo ainda com terras de Maria Rufino Moisés, medindo 250 metros de frente por 1.000 ditos de fundos, recorrendo "ex-officio" ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras, para aguardar o prazo legal de recurso.

S.E.O.T.A. e 22/4/64.

Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado de Obras,
Terras e Águas

Homologação de sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, nos autos de compra de terras devolutas do Estado, no município de Santarém, em que é requerente Nelson Rodrigues de Souza

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO

Redação, Administração e Oficinas:
Avenida Almirante Barroso 349 — Fone: 9998
Diretor — Sr. LAERCIO BARBALHO

Redator — Sr. MOACIR DRAGO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICIDADE

EXPEDIENTE		PUBLICIDADES	
ASSINATURAS		PUBLICIDADES	
Anual	5.000,00	1 Página de Conta- bilidade uma vez Por mês de 200	15.000,00
Semestral	3.000,00	(2) vezes 10% de abatimento.	
OUTROS ESTADOS E MUNICIPIOS		Por mês de 200	
Anual	7.400,00	(3) vezes 20% de abatimento.	
Semestral	3.700,00		
VENDA DE DIARIOS		O centímetro por coluna no valor	120,00
Número avulso	30,00	de	
Número atrasado	25,00		
O custo do exemplar dos ar- gãos oficiais, atrasados será será acrescida de Cr\$ 30,00 ao ano.			

As repartições públicas devem remeter a matéria destinada a publicação até às doze e trinta (12,30) horas, excetuando os sábados, em original datilografado em uma face do papel e devidamente autenticado, devendo as razões e contas ser sempre ressalvadas por quem de direito as reclamações nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito à Diretoria das sete e trinta (7,30) às treze e trinta (13,30) horas e no máximo, vinte e quatro (24) horas após a saída do órgão oficial. A matéria paga será recebida das oito às doze e trinta (8 às 12,30) horas, e, excetuando os sábados, das quatorze (14) às dezesseis (16) horas.

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar em qualquer época por seis meses ou um ano.

— As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso. Para facilitar aos clientes a verificação do prazo da validade de suas assinaturas, na parte superior o endereço, vão impressos o número de todo o registro, e mês e o ano em que termina.

A fim de evitar solução de continuidade da recepção dos jornais devem os assinantes providenciar a respectiva renovação, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

— As Repartições Públicas entregarão as assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciativas em qualquer época pelos órgãos competentes.

— A fim de possibilitar a renovação de valores acompanhados de esclarecimentos solicitados aos senhores clientes, quanto à sua publicação, preferências a renovação por meio de cheques ou vale postal, emitido a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

— Os suplementos de edições dos órgãos Oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que publicada a sentença favorável ao requerente no DIARIO OFICIAL de 23/5/63, nenhum recurso foi contra a mesma interposto;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Homologo a sentença de fls. proferida pelo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao SEOTA, para os ulteriores legais, Belém, 16/4/64.

AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado

Homologação de sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, nos autos

de compra de terras devolutas do Estado, no município de Vizeu, em que é requerente — Ely Ferreira Guimarães.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que publicada a sentença favorável ao requerente no DIARIO OFICIAL de 23/5/63, nenhum recurso foi contra a mesma interposto;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Homologo a sentença de fls. 15, proferida pelo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao SEOTA, para os ulteriores legais.

Belém, 16/4/64.

AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

Compra de Terras

De ordem do Sr. Chefe deste Serviço, faço público que por João Crisóstomo de Moura, nos termos do art. 7o. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sita na 3a. Comarca; 4o. Termo; 4o. Município de Alenquer e 7o. Distrito, medindo 200 metros de frente e 1.000 ditos de fundos, com as seguintes indicações e limites:

Pela frente com a Estrada da Campina, lados direito, esquerdo e fundos com terras devolutas do Estado.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Alenquer.

Serviço de Terras da Secretaria de Obras, Terras e Águas do Estado do Pará, 19 de março de 1964.

YOLANDA L. DE BRITO
Oficial Administrativo
(Dias 25/4, 5 e 15/5/64)

Compra de Terras

De ordem do Sr. Chefe deste Serviço, faço público que por Cipriano de Jesus Rêgo, nos termos do art. 7o. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sita na 6a. Comarca; 10o. Termo; 10o. Município e 18o. Distrito Belém, medindo 4,50 metros de frente e 40 ditos de fundos, com as seguintes indicações e limites:

O referido lote está localizado a Rua dos Mundurucus, sob o n. 114 entre as Travessas de Breves e Estrada Nova.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Belém.

Serviço de Terras da Secretaria de Obras, Terras e Águas do Pará, 1o. de abril de 1964.

YOLANDA L. DE BRITO
Oficial Administrativo

(Dias 25/4, 5 e 15/5/64)

A N U N C I O S

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BAGÉ S. A.
ASSEMBLÉIA GERAL
ORDINÁRIA

Edital de convocação

Pelo presente, na forma da legislação em vigor e consoante nos seus Estatutos, convidamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 30 de Abril, às 8 horas da manhã, na sede social da empresa, sito à Rua Dr. A. sis n. 782, para tratar dos seguintes assuntos:

a) Leitura e discussão do Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal e contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1963.

b) Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários.

c) Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e fixação de seus honorários.

d) O que ocorrer.
Belém, 30 de março de 1964.

A Diretoria

(Ext. — 24, 25 e 28/4/64)

RESQUE, FERRAGENS S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL
ORDINÁRIA

Edital de convocação

Pelo presente, na forma da legislação em vigor e consoante nos seus Estatutos, convidamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 30 de Abril, às 8 horas da manhã, na sede social da empresa, sito à Rua Travessa Ocidental do Mercado n. 13/15 para tratarem dos seguintes assuntos:

a) Leitura e discussão do Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal e contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1963.

b) Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários.

c) Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e fixação de seus honorários.

d) O que ocorrer.
Belém, 30 de março de 1964.

A Diretoria

(Ext. — 24, 25 e 28/4/64)

PANIFICADORES REUNIDOS S. A. (PAUSA)
Relatório da Diretoria a ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 1964.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários desta Sociedade, temos a honra de apresentar a VV. SS. o Balanço Geral, Demonstração da conta "Lucros e Perdas" e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1963.

Esta Diretoria permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇO GERAL DO ATIVO E PASSIVO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

A T I V O		
Imobilizado		
Móveis e Utensílios	203.038,60	
Gastos com Instalação	93.331,40	
Imóveis em Aquisição	4.500.000,00	4.796.370,00
Disponível		
Caixa	237.303,40	
Bancos	1.667.063,40	1.504.300,00
Realizável		
Empréstimos Compulsórios ..		113.313,60
Compensação		
Ações Caucionadas		100.000,00
		Cr\$ 6.914.050,40

P A S S I V O		
Não Exigível		
Capital	3.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal ...	414.435,10	
Fundo de Reserva Especial..	2.179.503,40	5.593.938,50
Exigível		
Contas Correntes	112.500,00	
Dividendos	13.500,00	
Lucros e Perdas	1.094.111,90	1.220.111,90
Compensação		
Caução da Diretoria		100.000,00
		Cr\$ 6.914.050,40

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS", EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

D É B I T O		
Gastos do Exercício		
Despesas Gerais	628.325,00	
Depreciações	32.930,00	661.255,00
Reservas		
Fundo de Reserva Legal	93.346,30	
Fundo de Reserva Especial ..	186.692,60	280.038,90
Lucros e Perdas		
Prejuízo do ano anterior ...		492.774,90
SALDO à disposição da Assembleia Geral		1.094.111,90
		Cr\$ 2.528.180,70

C R É D I T O

LUCRO DO EXERCÍCIO em		
comissões de representados..	2.162.563,80	
Em outras contas	365.616,90	2.528.180,70

Belém, 31 de dezembro de 1963.

Antonio Pinho da Silva — Presidente

Carmélio Guimarães Pinheiro — Dir. Comercial

José Maria Lourenço — Dir. Tesoureiro

Fernando da Silva Santos — Dir. Secretário

Jayme Mayrinck de Andrade

Contador — CRC-030

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de PANIFICADORES REUNIDOS S. A. (PAUSA), tendo examinado devidamente a documentação, Balanço Geral, Demonstração da Conta de "LUCROS E PERDAS", referentes ao exercício de 1963 e achando tudo em ordem, é de parecer que devem ser aprovados pela digna Assembleia Geral, todos os atos da Diretoria.

Belém, 30 de março de 1964.

José de Pinho Teixeira de Souza

José de Oliveira Neves

Marcelino da Silva Pinho

(Ext. — 25/4/64)

ALBINO FIALHO, LABORATÓRIO, DROGAS E PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de VV. SS. para julgamento e aprovação, o presente Relatório, acompanhado do respectivo Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1963.

Por esses documentos VV. SS. tomarão conhecimento exato da situação econômico-financeira da sociedade e também observarão que o exercício foi encerrado com prejuízo, o que era de esperar, motivado pelas dificuldades que encontramos na obtenção de numerário para desenvolvimento das nossas operações, apesar dos esforços que empreendemos nesse sentido.

Aqui permanecemos ao dispor de VV. SS. para quaisquer esclarecimentos sobre os nossos atos, como também ficam à sua disposição os nossos livros contábeis e fiscais e a documentação referentes ao exercício findo.

Belém, 5 de março de 1964.

JOÃO DE SOUZA NEVES — Presidente

ALBINO PEON RODRIGUES — Diretor

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

A T I V O		
Imobilizado		
Móveis e Utensílios e Veículos ..		312.804,60
Realizável—a curto prazo		
Mercadorias Gerais	9.231.995,20	
Duplicatas a Receber	1.710.136,00	
Outros efeitos a receber	425.000,20	11.367.131,40
Realizável—a longo prazo		
Promissórias a Receber	1.180.694,80	
Títulos em Liquidação	462.560,00	
Depósito de Garantia	330,00	
Títulos da Dívida Pública	800,00	
Empréstimos Compulsórios ...	78.488,90	1.722.873,70
Disponível		
Caixa e Bancos		77.393,10

Diferido		
Prêmios de Seguro a Vencer e gastos diferidos		22.958,30
Pendente		
Prejuízo a Ressarcir		3.027.090,90
Compensação		
Bancos, C/Cobrança	438.735,20	
Ações Cauçionadas	15.000,00	
Contratos de Seguro	3.000.000,00	3.453.735,20
		<hr/>
		Cr\$ 19.983.987,20

— P A S S I V O —

Não Exigível		
Capital	6.000.000,00	
Fundos de Reserva e Garantia		
Dividendos	4.301,60	6.004.301,60
		<hr/>
Exigível—a curto prazo		
Duplicatas a Pagar	2.366.442,10	
Contas a Pagar	1.507.290,70	
Contribuições de Previdência e Impostos a Pagar	4.806.707,10	
Promissórias a Pagar	1.500.000,00	
Outros encargos	345.510,50	10.525.950,40
		<hr/>
Compensação		
Títulos em Cobrança	438.735,20	
Caução da Diretoria	15.000,00	
Valores Segurados	3.000.000,00	3.453.735,20
		<hr/>
		Cr\$ 19.983.987,20

(aa) João de Souza Neves, Presidente
Albino Peon Rodrigues, Diretor.
Eduardo de Oliveira Nazareth
Contador — CRC-Pa. 0573

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

— DÉBITO —

Despesas Gerais, Despesa de Aluguel, Impostos e Taxas, Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal, Prêmios de Seguro, Despesas Bancárias, Ordenados, Material de Expediente, Legalização de Preparados, Propaganda, I.A.P. dos Comerciantes e Salário Família, etc.	Cr\$ 14.179.451,00
---	--------------------

— CRÉDITO —

Mercadorias Gerais—lucro bruto apurado na conta	13.520.344,00
Juros e Descontos, Restituições e Devoluções, Bonificações e Faltas e Avarias	297.814,30
	<hr/>
Prejuízo a Ressarcir — transferido para esta conta, prejuízo verificado neste exercício, a deduzir com lucros futuros nos termos do Regulamento do Imposto de Renda em vigor	361.292,70
	<hr/>
	Cr\$ 14.179.451,00

(aa) João de Souza Neves, Presidente
Albino Peon Rodrigues, Diretor.
Eduardo de Oliveira Nazareth
Contador — CRC-Pa. 0573

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ata N. 10

Senhores Acionistas.

Os membros do Conselho Fiscal da "Albino Fialho, Laboratório, Drogas e Produtos Farmacêuticos S. A.", tendo examinado o Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstração da conta Lucros e Perdas, referentes ao exercício de 1963 e constatando perfeita ordem e exatidão, recomendam a sua aprovação pela Assembléia Geral.

Belém do Pará, 5 de Março de 1964.

(aa) Francisco Moreira Pacheco
Contador—DEC 89378—CRC-Pa. 0584

Mário Amoêdo Costa

José Maria Dionísio dos Santos.

(Ext. — 25/4/64)

FABRICA DE CELULOSE E PAPEL
DA AMAZÔNIA S. A.
RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES ACIONISTAS:

Em cumprimento ao dever que nos impõe as determinações legais submetemos à apreciação de Vv. Ss. o resultado dos atos e fatos de nossa gestão no exercício de 1963.

Nossas atividades foram exercidas visando, de modo especial, um programa de expansão, dada a necessidade crescente da demanda excepcional do mercado Norte e Nordeste.

Para consecução desse planejamento, o primeiro passo que seria a pesquisa da matéria prima em condição industrial, foi positivada por estudos efetuados nos laboratórios do IEAN e confirmado plenamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia, dando absoluta garantia ao empreendimento em face de imensa reserva florestal da Amazônia e sua ótima qualidade para a fabricação de celulose e papel, ainda com o aproveitamento de madeiras e fibras não comerciáveis.

A seguir foi o nosso empenho na aquisição da maquinaria para a fabricação da celulose e mais uma para fabricação de papel a qual já foi adquirida, num montante aproximadamente de Cr\$ 300.000.000,00, e está sob a responsabilidade da "Cia. Federal de Fundição" (Concessionária da Black-Clawson, Co.), "General Motores do Brasil", "Siemens do Brasil", "Ata Combustão", "General Elétric" e outras, equipamento esse o mais moderno e mais atualizado no ramo; e de acordo com os contratos firmados, estará montado e produzindo entre julho-agosto próximo, cujos tipos são o Manilha, H.D., Jornal, Higiênico, Monolúcido, Semi-Kraft e outros, numa média diária de 12 toneladas.

As instalações e montagem dessa maquinaria, exigiu a construção de mais dois prédios, um, destinado à extração da Celulose, e outro ao fabrico de papel. O primeiro já está concluído, com o equipamento totalmente instalado, quase em vias de funcionamento, e o segundo, com a fundação dos alicerces, perfazendo assim, um total de 3 prédios, com 3.500 m² de área coberta.

Desenvolvemos o problema de fabricação atual, conseguindo técnicos agora empenhados na melhor qualidade e no aumento do nível de produção, e com a colaboração de especialistas conseguimos que nossas vendas ascendessem além de nossas expectativas.

Agradecemos a valiosa cooperação por parte das autoridades e bancos locais, em nossas operações comerciais, que possibilitaram, à altura de nossos investimentos alcançarmos as metas pretendidas em nossas realizações.

Como resultado desse esforço conjugado que vimos desempenhando em prol de uma Causa, não apenas particular, mas eminentemente comunitária e regional, aproveitando nem só a matéria prima como também o elemento humano da

Região na pessoa dos técnicos formados pelo Instituto Agrônomo do Norte e pelos Escritórios Regionais de Economia, temos a satisfação de sentir a afirmação e o crescimento de uma das maiores indústrias da Amazônia, canalizando para o Estado uma apreciável soma de divisas e rentabilidade, como o é a Fábrica de Celulose e Papel da Amazônia S. A. e, provamos a realidade de nossas expressões, apresentando uma situação de boa liquidez financeira que reflete um patrimônio sólido, Livre e desonerado.

O balanço apresentado espelha o equilíbrio mantido e o Parecer do Conselho Fiscal com prova de exatidão desse procedimento.

Belém, 15 de abril, de 1964.

(aa) **Mário Antônio Aranha Meirelles**

Diretor Administrativo

Antônio Georges Farah

Diretor Industrial

Antônio Alves Ramos Neto

Diretor Comercial

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

— A T I V O —

DISPONÍVEL

Caixa	1.225.818,50	
Bancos, C/ Movimento	4.174.016,00	5.399.834,50

REALIZÁVEL (A Curto Prazo)

Clientes	17.168.470,30	
Estoques	16.785.057,00	
Antecip. de Fornecedores	10.000.000,00	
Créditos Diversos	14.350.000,00	58.303.527,30

IMOBILIZADO

Bens Imóveis	17.780.561,40	
Móveis e Utensílios	1.103.053,80	
Veículos & Viaturas	3.090.500,00	
Maquinismo e Equipamento ..	139.911.515,50	161.885.630,70

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Mandatários por Cobrança ...	2.539.515,30	
Seguros em Vigor	10.000.000,00	
Ações Caucionadas	300.000,00	12.839.515,30
		Cr\$ 238.428.507,80

— P A S S I V O —

NÃO EXIGÍVEL

Capital Social		150.000.000,00
Reserva Legal	609.089,10	
Fundo p/ Aumento Capital	2.436.356,40	
Lucro não Distribuído	136.336,80	
Dividendo em Suspensão	9.000.000,00	12.181.782,30

EXIGÍVEL (A Curto Prazo)

Fornecedores	4.407.380,30	
Bancos, C/ Empréstimos	22.450.000,00	
Débitos Diversos	10.593.323,80	
Encargos Trib. e Sociais	227.956,40	
Descontos S/Tit. de Créditos ..	10.605.855,00	48.284.515,50

EXIGÍVEL (A Longo Prazo)

Financiamentos		15.122.694,70
----------------------	--	---------------

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Efeitos em Cobrança	2.539.515,30	
Valores Segurados	10.000.000,00	
Caução da Diretoria	300.000,00	12.839.515,30
		Cr\$ 238.428.507,80

Importa o presente Balanço em LUCROS E PERDAS EM OITO MILHÕES, QUATROCENTOS E VINTE E OITO MIL QUINHENTOS E SETE CRUZEIROS E OITENTA CENTAVOS. — Que damos como válida e exata.

Belém, Pa., 31 de Dezembro de 1963.

(aa) **Mário Antônio Aranha Meirelles**

Diretor Administrativo

Antônio Georges Farah

Diretor Industrial

Antônio Alves Ramos Neto

Diretor Comercial

CONTADOR

Raphael M. Abensur

C.R.C. — Pa 313

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

— D É B I T O —

DESPESAS DE VENDAS

Pessoal de Vendas e Distribuição	1.032.606,20	
Distribuição de Papel	2.544.000,10	
Imposto S/ Vendas	3.538.223,00	7.114.829,30

DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO

Despesas de Pessoal e Escritório	5.526.021,60	
Despesas Comerciais	1.391.809,00	
Despesas Financeiras	5.406.077,80	
Despesas Tributárias	1.376.135,00	13.700.043,40

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Reserva Legal	609.089,10	
Fundo P/Aumento de Capital ..	2.436.356,40	
Lucro não Distribuído	136.336,80	
Dividendo N 1	9.000.000,00	12.181.782,30
		Cr\$ 32.996.655,00

— C R É D I T O —

PRODUTOS FABRICADOS VENDIDOS

LUCRO VERIFICADO NESTA CONTA	29.837.725,90	
RENDAS EXTRAORDINÁRIAS		
Letras de Cambio	3.093.112,70	
Juros Ativos	33.685,50	
Despesas Recuperadas	32.130,50	3.158.929,10
		Cr\$ 32.996.655,00

Importa em: TRINTA E DOIS MILHÕES NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E CINCO CRUZEIROS. — Que damos como válida e exata.

Belém, Pa., 31 de Dezembro de 1963.

DIRETORES:

(aa) **Mário Antônio Aranha Meirelles**

Diretor Administrativo

Antônio Georges Farah

Diretor Industrial

Antônio Alves Ramos Neto

Diretor Comercial

CONTADOR

Raphael M. Abensur

C.R.C. — Pa 313

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da FÁBRICA DE CELULOSE E PAPEL DA AMAZÔNIA S. A. (FACEPA), sita à Rua Ó de Almeida n. 348, tendo examina-

do minuciosamente o Balanço Geral, Conta "Lucros e Perdas", Relatório da Diretoria, Livros e documentos da Contabilidade, referente ao exercício de 1963, tendo ainda acompanhado os inventários procedidos e encontrando tudo em perfeita ordem, recomendamos aos Senhores acionistas a aprovação das contas e demais atos praticados pela Diretoria.

Belém, 23 de abril de 1964.

(aa) Ercio Percival Pitman
João Queiroz de Figueiredo
Rodolfo Chermont

(Ext. — Dia — 25/4/64)

MARCOS ATHIAS — EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO, S/A
(MAEISA)

RELATÓRIO DA DIRETORIA
1963

SENHORES ACIONISTAS:

Cumprindo as determinações legais e de acordo com os nossos Estatutos sociais, submetemos a apreciação de Vv. Ss., as contas do exercício de 1963, acompanhadas do parecer favorável do Conselho Fiscal.

Além desses esclarecimentos, estamos ao inteiro dispôr de Vv. Ss., para prestar quaisquer outros.

Belém, 20 de abril de 1964.

(a) Marcos Athias — D. Presidente

RESUMO DO BALANÇO GERAL EM 31
DE DEZEMBRO DE 1963

— A T I V O —

Imobilizado		
Alvarenga Fortaleza	18.500,00	
Móveis e Utensílios	636.342,60	
Barracão Alcobaça	98.849,20	
Depósitos em Garantia	150,00	
Apólices Federais	5.000,00	758.841,80
Disponível		
Caixa e Bancos		882.472,40
Realizável em Curto Prazo		
Estoques	3.363.500,00	
Devedores Diversos	40.195.615,50	43.559.115,50
Realizável em Longo Prazo		
Investimentos diversos		4.965.160,00
Resultados Pendentes		
Depósitos diversos		1.777.931,90
Compensação		
Responsabilidades de terceiros		980.000,00
		Cr\$ 52.923.521,60

— P A S S I V O —

Não Exigível		
Capital	10.000.000,00	
Reservas	1.892.614,10	
Lucros Suspensos	8.556.039,00	
Provisões	4.019.561,50	24.468.214,60
Exigível em Curto Prazo		
Credores diversos		27.475.307,00
Compensação		
Responsabilidades de terceiros		980.000,00
		Cr\$ 52.923.521,60

Belém, 31 de dezembro de 1963.

(aa) Marcos Athias — D. Presidente
Jaguarhara Gomes de Oliveira
Contador C.R.C. Pa. 0341

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

— D E V E —

Prejuízo na venda de 1 veículo		200.000,00
Encargos do Exercício		
Despesas Administrativas, c/Pessoal, Tributá- rios, Financeiras e outras		7.734.144,00
Provisões		
Cobranças duvidosas		4.019.561,50
Lucro Líquido: — Cr\$ 3.641.110,80:		
Fundos Estatutários	364.111,00	
Grat. da diretoria	364.111,00	
Lucros Suspensos	2.912.888,80	3.641.110,80
		Cr\$ 15.594.816,30

— H A V E R —

Resultados do Exercício		
Lucro bruto verificado n/ano		13.937.721,30
Reversões		
de cobranças duvidosas		1.657.095,00
		Cr\$ 15.594.816,30

Belém, 31 de dezembro de 1963.

(aa) Marcos Athias — D. Presidente
Jaguarhara Gomes de Oliveira
Contador C.R.C. Pa. 0341

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos deste Conselho, abaixo assinados, tendo examinado as contas relativas ao exercício de 1963, são de parecer que as mesmas devem ser aprovadas pela assembléia dos senhores acionistas.

Belém, 15 de abril de 1964.

(aa) Nestor Pinto Bastos.
Antônio Nicolau da Costa
Aldo Ubrinati

(Ext. — 25/4/64)

LIMA, IRMÃOS S. A. — IND. E COMÉRCIO
Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração
da Conta "Lucros e Perdas" e Parecer do Conselho
Fiscal, a serem apresentados a Assembléia Geral
Ordinária a realizar-se no dia 28 de abril de 1964
referente ao exercício de 1963.

SENHORES ACIONISTAS:
Em cumprimento à Lei das Sociedades Anônimas e dos nossos Estatutos, vimos submeter ao vosso criterioso julgamento o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1963, Demonstração da Conta "Lucros e Perdas" e Parecer do Conselho Fiscal, documentos que atestam a fiel situação econômico-financeira de nossa Empresa.

Tendo em vista os documentos que o ilustram, prescindimos de maiores comentários. Nada obstante, permanecemos aqui ao vosso inteiro dispôr para quaisquer outros esclarecimentos que porventura desejardes.

Belém, 7 de abril de 1964.

(aa) Fernando de Matos Lima — Presidente
José de Oliveira Mendes — Diretor
Antônio de Matos Lima — Diretor

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

— A T I V O —

Imobilizado		
Imóveis	8.370.040,30	
Imóveis em Construção	20.870.089,70	
Frigorífico	674.452,60	
Máquinas e Motores	1.271.407,40	
Móveis e Utensílios	1.031.592,30	

Veículos	4.165.200,00	
Instalações	1.367.611,50	
Imob. Financeiras	9.112.139,90	46.862.533,70

Realizável

Mercadorias	51.843.575,80	
Usina Cristal	1.742.930,00	
Duplicatas a Receber	57.399.881,20	
Prom. a Receber	320.000,00	
Letras de Importação	9.765.000,00	
Títul. em Liquidação	2.005.552,50	
Dep. p/Importação	325.469,00	
Asc. C. do Pará, C/Emp.	32.000,00	
Rec. p/Investimentos	1.800.000,00	125.234.408,50

Disponível

Caixa	791.607,80	
Bancos c/Movimento	532.985,90	
Bcs. c/Dep. S/Lim.	81.998,30	1.406.592,00

Transitório

Contas Correntes		837.235,50
		174.340.769,70

Compensação

Bco. do Brasil, C/Cob.	2.716.700,00	
Bco. Cearense, C/Cob.	976.980,00	
Cont. de Seguros	24.000.000,00	27.693.680,00

Cr\$ 202.034.449,70

PASSIVO**Não Exigível****Patrimônio Líquido**

Capital	44.000.000,00	
Fundo de Rs.		
Legal	3.154.454,40	
Lucros Suspensos	15.693.696,20	
Fundo p/ Cart. de Div.	2.834.923,10	65.683.073,70

Provisão

Fundo p/ Dev. Duvidosos	5.940.543,30	
Fundo p/ Depr.	3.886.160,60	9.826.703,90
		75.509.777,60

Exigível

Duplicatas a Pagar	25.741.439,00	
Prom. a Pagar Bancos	20.000.000,00	
Contas a Pagar	9.281.296,60	
Contribuição a Recolher	263.042,90	
Comissões da Diretoria	8.134.916,80	
Dividendos a Distribuir	13.184.700,00	
Bco. do Brasil — Desc.	15.231.991,80	
Bco. Cearense — Desc.	3.447.605,00	
Bco. Pernambuco — Desc.	3.546.000,00	98.830.992,10

174.340.769,70

Compensação

Títulos em Cobrança	3.693.680,00	
Valores Segurados	24.000.000,00	27.693.680,00

Cr\$ 202.034.449,70

Belém, 31 de dezembro de 1963.

(aa) **Fernando de Matos Lima** — Presidente
José de Oliveira Mendes — Diretor
Antônio de Matos Lima — Diretor

Samuel Napoleão Cohen
 Contador — CRC — Pa. 055

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

C R É D I T O

Resultados das operações gerais referente ao exercício findo:	122.887.891,90
Juros, Descontos, Gastos Reembolsados, Frações e Abatimentos, Comissões e Rendas' Eventuais	2.484.557,50
Reversão da Provisão de 1962, p/Devedores Duvidosos	4.571.197,20
	Cr\$ 129.943.646,60

D Ê B I T O

Despesas Administrativas	
Custeio de Máquinas e Veículos, Combustíveis e Lubrificantes, Férias, Indenizações e Outros Gastos	24.264.223,80
Gratificações	5.473.000,00
Decimo 3o. Salário	716.512,20
Imposto de Indústria e Profiss.	21.404.553,60
Imposto de Vendas e Consig. ...	35.800.041,40
Outros Impostos e Taxas	4.247.982,70
	91.906.313,70

Provisões

Fund p/Deved. Duvidosos	5.940.543,30
Fundo p/Depreciações	1.214.563,10
	7.155.106,40

Despesas Financeiras

Juros Passivos e Despesas ..	4.242.203,60
Despesas Bancárias	235.767,70
Comissões, Frações e Abatim.	3.448.218,00
	7.926.189,30

Reservas Estatutárias

Fundo de Reserva Legal	1.147.801,90
Fundo p/Gart. de Dividendos ..	1.147.801,90
	2.295.603,80

Responsabilidades Diversas

Comissões da Diretoria	2.608.379,60
Dividendos a Distribuir	6.600.000,00
	9.208.379,60

Lucros Suspensos

Saldo creditado a esta conta	11.452.053,80
------------------------------	---------------

Cr\$ 129.943.646,60

Belém, 31 de dezembro de 1963.

(aa) **Fernando de Matos Lima** — Presidente
José de Oliveira Mendes — Diretor
Antônio de Matos Lima — Diretor

Samuel Napoleão Cohen
 Contador — CRC — Pa. 055

PARECER DO CONSELHO FISCAL**SENHORES AÇIONISTAS:**

Os Membros do Conselho Fiscal da LIMA, IRMÃOS S. A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO abaixo assinados, declaram que tendo examinado atentamente o Relatório da Diretoria bem como o Balanço e Demonstração da Conta "Lucros e Perdas" relativos ao exercício de 1963, encontraram tudo em perfeita ordem, pelo que são de parecer que todos os documentos devem ser aprovados pela Assembléia Geral.

Belém, 7 de abril de 1964.

CONSELHO FISCAL

(aa) **João Pedro Amador**
Orlando Cardoso Ferreira
Armando Alves da Silva

Samuel Napoleão Cohen
 Contador — CRC — Pa. 055

(Ex. — 25/4/64)

A. MONTEIRO DA SILVA, TECIDOS, S. A.
BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963
Retificação do Passivo não Exigível, publicado na
edição de 23 do corrente.

— P A S S I V O —

Não Exigível	
Capital	70.000.000,00
Acionistas, C/ a Realizar	1.152.700,00
Ações (a subscrever)	27.231.000,00
	28.433.700,00
	41.566.300,00
Fundo de Reserva Legal	2.578.100,00
Fundo p/Prejuizos Eventuais ..	2.465.150,00
Fundo p/Amort. Portes Beneficiárias	1.043.500,00
Fundo p/Garantia de Dividendos	4.573.610,00
Lucro à Disposição da Assembléia	3.000.000,00
	13.660.360,00
	Cr\$ 55.226.660,00

DIRETORES

Presidente — Adalgisa Lemos Monteiro da Silva
Superintendente — Dr. Alberto Lemos Monteiro da Silva
Vice-Presidente — Dr. Ricardo Borges
Gerente — Rubens Pereira Bahia
Assistente — Délcio da Silva Farias

VISTO

Manoel Alfredo da Silva
Contador — Reg. D.E.C.
64.856 — C.R.C. 023
(Ext. — 25/4/64)

MARCOS ATHIAS, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO, S. A. (MAEISA)

Assembléia Geral Ordinária
Convido os Senhores Acionistas à comparecerem em nossa sede social, às 8 horas do dia 30 deste mês, para a Assembléia Geral Ordinária, quando serão apresentadas as contas da Diretoria, relativas ao exercício de 1963.

Belém, 27 de abril de 1964.

(a.) MARCOS ATHIAS, Diretor Presidente.

(Ext. — 24, 25 e 28-4-64)

REFRIGERANTES GAROTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Edital de convocação

Pelo presente, na forma da legislação em vigor e consoante nossos Estatutos, convidamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no próximo dia 30 de Abril, às 8 horas da manhã, na sede social da empresa, sito à Rua São Boaventura, n. 56, para tratarem dos seguintes assuntos:

a) Leitura e discussão do Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal e contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1963.

b) Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários.

c) Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e fixação de seus honorários.

d) O que ocorrer.

Belém, 30 de Março de 1964.

A Diretoria

(Ext. — 24, 25 e 28/4/64)

PORTUENSE, FERRAGENS, S. A.

Assembléia Geral Extraordinária CONVOCÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas desta Sociedade, a se reunirem, em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 30 de abril do corrente ano, às 17,00 horas, na sede social, à Rua Conselheiro João Alfredo número 166, nesta Cidade a fim de deliberarem sobre o seguinte:

aumento de capital da empresa;
reformas dos Estatutos, e o que ocorrer.

Belém, 20 de abril de 1964.

Expedito Lobato Fernández
Presidente

(Ext. 23, 25 e 29-4-64)

PORTUENSE FERRAGENS S. A. Assembléia Geral Ordinária

Convocamos os Senhores Acionistas desta Sociedade, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril do corrente ano, às 15,00 horas, na sede social à Rua Conselheiro João Alfredo número 166, nesta Cidade, a fim de deliberarem sobre o seguinte: —

aprovação das contas da diretoria e conhecimento de seu relatório sobre os negócios sociais no exercício de 1963;

exame, discussão e aprovação do Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal;

eleição do Conselho Fiscal e seus suplentes, bem como do Presidente da Assembléia Geral, e

honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal, para o exercício de 1964.

Belém, 20 de abril de 1964.

Expedito Lobato Fernández
Presidente

(Ext. 23, 25 e 29-4-64)

CAFÉ PURO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Edital de convocação

Pelo presente, na forma da legislação em vigor e consoante nossos Estatutos, convidamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no próximo dia 30 de Abril, às 8 horas da manhã, na sede social da empresa, sito à Travessa Caldeira Castelo Branco n. 387, para tratarem dos seguintes assuntos:

a) Leitura e discussão do Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal e contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1963.

b) Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários.

c) Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e fixação de seus honorários.

d) O que ocorrer.

Belém, 30 de março de 1964.

A Diretoria

(Ext. — 24, 25 e 28/4/64)

COMPANHIA AMAZONAS Madeiras e Laminados ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

1.ª Convocação

Convidamos os Srs. Acionistas desta Companhia para a reunião da Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de abril do corrente ano, às 9 horas, em nossa sede social, à rua Gaspar Viana, n. 106, para tratar do seguinte:

a) Aprovação do Relatório da Diretoria e suas contas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1963.

b) Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal.

c) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal.

d) O que ocorrer.

Belém, 22 de abril de 1964.

“Companhia Amazonas” —

Madeiras e Laminados.

Robin Mc Glohn

Presidente

(Ext. — 24, 25 e 28/4/64)

AMAZÔNIA DERIVADOS DE PETRÓLEO S. A. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Edital de convocação

Pelo presente, na forma da legislação em vigor e consoante nossos Estatutos, convidamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no próximo dia 30 de Abril, às 8 horas da manhã, na sede social da empresa, sito à Rua Gaspar Viana n. 139, sala 6, para tratarem dos seguintes assuntos:

a) Leitura e discussão do Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal e contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1963.

b) Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários.

c) Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e fixação de seus honorários.

d) O que ocorrer.

Belém, 30 de março de 1964.

A Diretoria

(Ext. — 24, 25 e 28/4/64)

FORÇA E LUZ DO PARA' S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1963

Ser útil à comunidade a que serve é o maior galardão da FORÇA E LUZ DO PARA' S. A., a essência mesmo de sua existência. Haver cumprido tal finalidade no exercício passado é a afirmativa maior com que comparecemos a última assembléia geral da atual administração, ferida embora pela irreparável perda de seu presidente Eng. Leão Schulman.

Já no relatório de 1962, apresentamos uma antecipação do que seria o exercício de 1963, que se iniciaria para nós com um aumento de cerca de 35% (trinta e cinco por cento) no preço da energia distribuída aos consumidores. Não podíamos contudo avaliar todo o galopante ritmo da ascensão do custo de nossos serviços, que nos conduziria ao final desse ano a um acréscimo de 124%.

As elevações das taxas de câmbio e do custo do óleo embora não totalmente compensadas em nossos faturamentos, determinaram tarifas, a cuja implantação não nos poderíamos furtar, sob pena de ameaçar a estabilidade da empresa e contribuir para a deterioração de seus serviços. Ante o duplo aspecto de pioração de seus serviços. Ante o duplo aspecto de nossa responsabilidade — o de não consentir o agravamento da crise de preços e o de assegurar, pelo equilíbrio financeiro da empresa, a permanência de nossos serviços na comunidade — ainda nos ficou a visão de um futuro de que não poderemos descurar. Prosseguimos na perseguição da meta a que nos propuzemos de dotar Belém de mais 50.000 KW e abrir perspectivas para o plano de energização de apreciável trêcho da região da Estrada, até Castanhal.

Retardado esse programa por falta de providências fora do nosso controle, como a da prestação do aval do Tesouro Nacional concretizou-se afinal tal medida em 28.11.63. Assim, pouco depois tivemos assegurado o início da fabricação das novas unidades. Pudemos então retomar os entendimentos para os contratos da construção civil e da montagem da nova Usina, a serem firmados no início de 1964.

Não temos ilusões quanto às dificuldades a ultrapassar, mas transferimos aos nossos sucessores na administração da empresa, um sólido crédito financeiro, moral e técnico que será decisivo no exame e solução de nossos projetos e reivindicações perante as agências financiadoras, destacadamente a ELETTROBRAS e o BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

1 — INSTALAÇÕES E SERVIÇOS

1. 1 — USINA — Os serviços de produção a cargo da usina mantiveram-se em ritmo normal. Neste setor foram apenas efetuados trabalhos rotineiros de manutenção, de forma a assegurar o bom rendimento do sistema, o que aliás foi conseguido, obtendo-se em 1963 o mesmo consumo específico de óleo por KWH que no exercício anterior.

1. 2 — TRANSMISSÃO — Estiveram paralizadas durante o exercício de 1963 as obras da linha de transmissão número 3, em virtude de ainda não ter sido possível fixar a localização de uma das novas subestações adicionais, apesar dos esforços empregados neste sentido.

1. 3 — RÊDE — Construimos no exercício 12.200 metros de rede de Alta Tensão, atendendo a diversos trêchos da cidade, alguns dos quais não

dispunham antes de energia. Parte dessa construção objetivou maior flexibilidade no sistema, permitindo ainda a redivisão dos circuitos, quando entrarem em serviço as novas subestações.

Em Baixa Tensão construimos 30.500 metros de rede.

Iniciamos o serviço de construção da linha de Icoaraci que praticamente constitui um prolongamento do sistema de distribuição em 13.200 volts, tendo sido levantados 300 postes para esse fim e para a saída da subestação da Pedreira. Intercalados na rede foram montados 27 transformadores com a capacidade total de 1470 KVA, sendo ainda ligadas sub-estações particulares num total de 1.775 KVA, perfazendo pois 3.245 KVA acrescidos à rede em 1963 contra 5.800 KVA em 1962, 4.567 em 1961, 5.347 KVA em 1960 e 3.900 KVA em 1959. Nos serviços da rede empregamos cerca de 33 toneladas de condutores de cobre nú e 20.500 metros de cabos e fios isolados, sendo utilizados 1.600 postes, na sua maioria de madeira.

1. 4 — SERVIÇO DE CONSUMIDORES — Atendendo aos pedidos feitos, efetuamos em 1963 os seguintes, que comparamos com os anteriores:

	1963	1962	1961	1960	1959
Vistorias	7.700	8.514	10.100	9.100	8.497
Entradas e/ ou Complementações	8.463	7.274	10.950	7.250	6.593
Ramais construídos	6.104	8.091	—	—	—
Reclamações atendidas	7.853	8.128	—	—	—
Lâmpadas de iluminação pública substituídas	8.297	6.916	—	—	—
Orçamentos elaborados	525	546	660	480	249

1. 5 — ILUMINAÇÃO PÚBLICA — Como anunciáramos no Relatório anterior procedemos à instalação de iluminação a Vapor de Mercúrio ao longo da Avenida Almirante Barroso, antiga Tito Franco. Foram instaladas 161 luminárias, em ambos os lados dessa avenida, que apresenta hoje majestoso aspecto, podendo ser considerada como uma das mais bem iluminadas do País. Nesses serviços foram empregados postes fabricados em nossas próprias oficinas, ressaltando-se a eficiência com que atuaram os mestres e operários. A iluminação foi inaugurada em 20 de junho de 1963, com verdadeira festa popular. Procedemos, também, no decorrer do exercício, à substituição da iluminação das avenidas Nazaré e Independência e da Praça Floriano Peixoto por lâmpadas de Vapor de Mercúrio. Iluminação desse tipo estende-se agora desde o Cais do Porto até a Bandeira Branca, término da Avenida Almirante Barroso. Ao todo foram instaladas em 1963, 282 luminárias de Vapor de Mercúrio.

O serviço de iluminação pública com lâmpadas incandescentes estendeu-se ainda a outras artérias da cidade, como trêchos da Serzedelo Corrêa, Conselheiro Furtado e transversais e Avenida José Bonifácio. Cerca de 20.000 metros de ruas foram atendidas pela iluminação pública em 1963, não obstante o apreciável desembolso da empresa, pois o débito da Prefeitura nesse setor ainda não começou a ser amortizado.

Tendo em consideração as dificuldades financeiras que a Empresa enfrenta, o serviço representa enorme sacrifício.

1. 6 — MEDIDORES — Persistindo as dificul-

dades financeiras para aquisição de medidores, vimos-nos forçados a reduzir ainda mais do que no ano passado a instalação desses aparelhos, embora com sérios prejuízos para a economia da empresa. Em 1962, foram instalados, 4.056 medidores, dos quais 3.726 monofásicos e 330 polifásicos, devendo-se observar que dessas quantidades 617 foram substituições em virtude de aumento de carga, modificação de "serviços de entrada", etc. Em 1962, haviamos instalado 5.688 medidores e em 1961, 8.630.

A Empresa está seriamente ampenhada em estudar um plano capaz de solucionar o grave impasse de falta de medidores, sendo possível que através do financiamento do projeto de ampliação da Usina se possa obter os recursos indispensáveis para tão importante setor.

1. 7 — VEÍCULOS — A vertiginosa alta de preços aliada à necessidade de canalizar recursos para outros setores da empresa obrigou-nos a uma retração quanto ao programa antes estabelecido para a reforma de nossa frota de veículos, que se está impondo. Esperamos também que com a ajuda dos financiamentos solicitados, possamos reiniciar o programa estabelecido, o que certamente se refletirá grandemente na melhoria e economia de nossos serviços.

2. 1 — PRODUÇÃO — A produção de energia em 1963 de 105.184.000 KWH, aumentando 8,4% sobre a de 1962, que fôra de 97.057.000 KWH. Esse aumento foi um dos menores verificados desde o início de atividades da empresa, pois em 1958 aumentara 30,8% sobre 1957; em 1959, 30,7% sobre 1958, em 1960 10,5% sobre 1959; em 1961, 16% sobre 1960 e em 1962, 7,3% sobre 1961. Nos anos anteriores a produção foi de 41.248.000 KWH em 1957; 53.949.500 KWH em 1958; 70.496.000 KWH em 1959; 77.981.000 KWH em 1960; 90.482.000 KWH em 1961; 97.057.000 KWH em 1962 e 105.184.000 KWH em 1963.

Observou-se uma redução no ritmo de crescimento da ponta de carga que passou de 22.500 KW em 1962 para apenas 22.800 em 1963 com um aumento portanto de menos 1,5% sobre o exercício passado enquanto vinha aumentando nos exercícios anteriores em índices que variavam entre 11 e 20% pois em 1961 alcançou 20.000 KW; em 1960 18.300 KW; em 1959 15.000 KW; em 1958 13.000 KW e em 1957 11.000 KW.

Observou-se uma redução no ritmo de crescimento há muito tempo contida por conveniência da empresa em não colocar em serviço contínuo a 4.^a unidade, o que entretanto não será possível retardar por muito mais tempo, mormente com o início do abastecimento à Vila de Icoaraci.

Paralelamente, observa-se úa melhoria no sistema com relação ao exercício anterior, pois para o pequeno crescimento da ponta de carga verifica-se que o fator de carga aumentou de 49,2% em 1962 para 52,66% em 1963. O consumo de óleo combustível no exercício de 1963 foi de 40.852 toneladas com uma média de 112 toneladas por dia e uma despesa que ao preço atual corresponde a cerca de Cr\$ 2.600.000,00, mantendo-se o consumo específico de 0,388 kg por KWH, valor considerado razoável, embora ainda inferior ao obtido nos exercícios de 1957 a 1959. De qualquer maneira, salienta-se a boa manutenção das unidades em operação, conseguindo manter o mesmo consumo específico do exercício anterior.

Para que se tenha uma idéia da influência do custo de combustível no preço da operação de nossa usina, basta observar que enquanto o consumo em toneladas de óleo aumentou a partir de 1957 nas razões de 35,8%, 80,6%, 101,2%, 137,3%, e 169,3%, em cruzeiros, esses consumos aumentaram nas razões de 58,1%, 212,6%, 277%, 785,2%, 1.100,4% e 2.440,9%.

Nos diversos exercícios de operação o consumo da usina foi de 15.167 ton. em 1957; 20.607 ton. em 1958; 27.713 ton. em 1959; 30.530 ton. em 1960; 35.996 ton. em 1961; 37.711 ton. em 1962; e, em milhões de cruzeiros: 31.160 M, 49.267 M, 97.241 M, 117.394 M, 275.851 M, 374.052 M, e 760.600 M.

Assim somente de 1962 para 1963 a despesa com combustível aumentou em mais de 100%. O custo total da produção como era natural principalmente em face do aumento do custo do combustível continuou também em ritmo ascendente atingindo em 1963 em milhões de cruzeiros 849.442 M contra 419.585 M em 1962; 305.920 M em 1961; 142.587 M em 1960; 108.214 M em 1959; 57.301 M em 1958 e 41.782 M em 1957.

Os aumentos percentuais foram pois com relação aos exercícios anteriores de 37,1% em 1958; 90,6% em 1959; 30,5% em 1960; 14,5% em 1961; 34,1% em 1962 e 104,8% em 1963.

2. 2 — DISTRIBUIÇÃO — A energia total distribuída foi de 96.221.000 KWH, dos quais 7.342.000 KW ou 7,6% pela rede que alimenta a Rodovia SNAPP e o restante pela rede nova.

2. 3 — CONSUMIDORES — Apesar de não haver ainda em 1963 absorvido os serviços de Icoaraci, continuou crescendo o número de consumidores em consequência da extensão da linha de distribuição da Fôrça e Luz a subúrbios da cidade antes não servidos por essa melhoria.

Em dezembro de 1963 a empresa contava com 53.940 consumidores, aumentando, portanto, de 3.090 consumidores sobre o exercício passado, o que corresponde a 6,1%. Ao ser ligado Icoaraci, no início do próximo exercício, espera-se um crescimento imediato de mais 2.000 consumidores, número que tenderá a aumentar a medida que se fôr estendendo a rede naquela Vila.

Desde que iniciou os serviços de distribuição de energia em Belém, a "Fôrça e Luz" já aumentou em 169% o número de consumidores de energia. O anterior concessionário não servia a mais de 20.000. Em 1958 com a "Fôrça e Luz" o número passou a 28.250; em 1959 para 32.500; em 1960 para 37.600; em 1961 para 44.300 e em 1962 para 50.850. Os índices de crescimento foram: 15% de 1959 para 1958; 15,7% de 1960 para 1959; 11,7% de 1961 para 1960; 13,7% de 1962 para 1961 e 6,1% de 1962 para 1963.

3 — RESULTADO

3. 1 — RECEITA — A renda total da empresa em 1963 foi de Cr\$ 1.648.406.412,90, de que oriunda do faturamento Cr\$ 1.385.638.363,00 — uma média mensal de Cr\$ 115.470.000,00. Porém, em verdade, a empresa começou o exercício faturando Cr\$ 95 milhões (média dos dois primeiros meses) e terminou com a média de Cr\$ 140 milhões (Nove/Dez). Esse crescimento do faturamento deve-se principalmente ao aumento da tarefa provocado pela elevação, dos custos de combustível, Mão de Obra e Materiais, dado que o da produção e venda do KWH foi de pouca monta.

De fato, se tomarmos o ano de 1957 — o primeiro

de funcionamento normal da empresa — dando-lhe o índice 100, veremos que 63 produziu uma receita quase 28 vezes maior pois o índice correspondente a este último é, exatamente, 2.795.

Para darmos uma idéia da diferença entre crescimento do faturamento e aumento da tarifa, tomamos os três últimos exercícios:

Exerc.	Cr\$ Milhões	Aumento Percent.	KWH-Milhões	Aumento Percent.
1961	396	—	65,6	—
1962	746	88,4	70,9	8,8
1963	1.385	85,6	73,6	3,8

Como tem acontecido nos exercícios anteriores, a receita da Companhia não foi suficiente para proporcionar remuneração do investimento compatível com o projeto e o esforço da Diretoria. Ocorre que os custos operacionais, soprados para o alto pela continuada desvalorização da moeda nacional e consequente perda do seu valor aquisitivo, projetaram as despesas para muito além do que havia sido previsto, principalmente no que respeita a diferença de câmbio. Vejamos:

3. 2 — DESPESA — A despesa da operação, exploração (industrial e comercial) e gastos da administração, foi de Cr\$ 1.182.709.081,20 que, acrescidos de Cr\$ 71.733.151,20 de juros (esses juros merecem um parágrafo a parte, que daremos adiante), somam Cr\$ 1.254.442.232,40. Acrescentados à depreciação de 8% sobre o imobilizado amortizável, mais o saldo da diferença de câmbio do exercício anterior não totalmente amortizado então, temos o grande total de Cr\$ 1.434.552.044,30, isto é, saldo positivo em face da receita maior acima.

Ora, a despesa total no exercício anterior foi de Cr\$ 822 milhões, havendo um acréscimo, portanto, de cerca de 75%. Além disto, 1963 sofreu um grave ainda maior do que o anterior, na diferença de taxa de câmbio. Em 1962 essa diferença, não compensada na tarifa, foi da ordem dos Cr\$ 160,00 por dólar. Em 1963, foi de Cr\$ 360,00. Daí, enquanto de 1962 para 1963 a parte não amortizada dessa diferença foi de Cr\$ 109 milhões, este exercício deixa para o fluente um encargo dessa natureza, de tanto quanto Cr\$ 231.000.000,00.

3. 3 — JUROS — Demos, precedentemente, a verba dispendida com juros no exercício de 1963, de quase Cr 72 milhões. No anterior, esses juros foram "de cerca de 50 milhões". Um aumento, portanto, de perto de 50%. Juros significam carência de capital próprio. Nunca perdemos o ensêjo de destacar o fato de que a insignificância do capital da empresa (MENOS DA TERÇA PARTE DAS IMOBILIZAÇÕES), face ao vulto do empreendimento, tem sido o fator preponderante na apuração do resultado — sempre baixo — da exploração. Empresa de serviço público, sabemos, raro atinge a um índice de rentabilidade compensador. Receita regulada por lei, sujeita a processamento em repartições ministeriais (Ministério das Minas e Energia), que concede o mínimo indispensável a cobrir o custo do serviço e às vezes quando esse custo já pulou para um degrau mais alto na escada da inflação que vem galgando a economia do país, é perfeitamente justificável a absorção da margem prevista pela administração, face às despesas e elevações de custo imprevistos. Mas, além desses elementos negativos, os juros tendem a minimizar os lucros de qualquer empreendimento — máxime o das organizações assim controladas pelo Poder Público, como é o caso da "Força

e Luz".

Aqui cabe ressaltar, que a empresa paga juros não somente pelo numerário que levanta nos Bancos para manter em dia o pagamento de compromissos resultantes da compra financiada do seu equipamento, mas também, e quasi-tanto quanto, pelo aval sobre títulos desses levantamentos.

A providência a adotar é o aumento do capital, como o expôs a Diretoria em Assembléia Geral Extraordinária para esse fim convocada e realizada em 5 de novembro de 1962, quando foi autorizado o aumento para um e meio bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1,5 bilhão). E no decorrer de 1963, foram feitas várias entradas de numerário em decorrência da providência adotada, aliviando de muito a situação financeira.

Atingiu a Cr\$ 297.106.000,00 o total de ações subscritas, todas pelo Governo do Estado, através da CELPA (Centrais Elétricas do Pará S.A). Da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia nenhuma contribuição foi recebida desde 1960.

3. 4 — RESULTADO LÍQUIDO — Tendo sido de Cr\$ 1.648.406.412,90 a receita total, e de Cr\$ 1.646.604.669,50 a despesa, inclusive depreciações e amortizações, foi de Cr\$ 1.801.743,40 o resultado líquido do exercício. Tendo vindo do exercício anterior, Cr\$ 10.408.322,60, passa para o exercício de 1964 Cr\$ 12.210.066,00 em Suspensão, dado que — é óbvio — nenhuma outra aplicação se poderia dar a esse resultado.

3. 5 — SITUAÇÃO FINANCEIRA — A entrada de capital pela subscrição de ações, ao aumento de capital autorizado pela Assembléia Geral de 5 de novembro de 1962, veio proporcionar recursos, que tiveram aplicação imediata na expansão de serviços programados, principalmente de iluminação pública e linhas de Alta Tensão, beneficiando bairros ainda não servidos, alcançando, assim, indústrias nos mesmos instaladas. Foram também utilizadas na amortização de dívidas de exercícios anteriores, entre as quais avulta a Quota de Previdência, de que se pagaram durante 1963 precisamente Cr\$ 24.989.202,40. A Diretoria teve de empenhar o máximo dos seus esforços e habilidade para manter em dia os pagamentos, quer de fornecedores quer de compromissos assumidos em Bancos e autarquias, como recolher, pontualmente às Repartições arrecadoras os impostos e taxas devidos, face o vultoso desequilíbrio representado pelos débitos dos Poderes Públicos — União, Estado e Município — que em 31 de dezembro já atingia Cr\$ 311.144.542,50.

3. 6 — SITUAÇÃO ECONÔMICA — A situação econômica da empresa é de perfeita estabilidade, aneser dos momentâneos desequilíbrios às vezes verificados entre Receita e Despesa, consequente à elevação de custos, quer de material quer de salários. As suas imobilizações, no valor escritural de cerca de Cr\$ 1 bilhão, de que equipamento de geração e transmissão contabilizados a dolar da taxa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), proporcionam ao investidor acionista, margem de segurança das mais elevadas. A estrutura da tarifa é calculada com aproximação cada vez mais acurada, da despesa a cobrir, e quaisquer alterações de gastos verificadas no interregno são prontamente submetidas a estudos pela Assessoria Técnica, e tomadas as providências necessárias à sua compensação na venda do KWH. Contudo, como essas alterações são muito freqüentes,

te a Repartição Ministerial competente não pode mais acompanhar o mesmo ritmo acelerado, é natural que se verifiquem aquêles desequilíbrios momentâneos a que aludimos acima, e que influem, de fato, na economia da empresa, baseada que é, toda ela, na venda do seu produto, o KWH. Em todo caso, a Diretoria tem a Consciência da ordem asseguradora da estabilidade e do conceito de que goza a empresa não somente entre os seus fornecedores, mas, e principalmente, perante os bancos e repartições governamentais controladoras, de que depende o seu funcionamento.

4 — EXPANSÃO

4.1 — DA PRODUÇÃO — Infelizmente, somos levados a informar aos senhores acionistas que todas as diligências por nós empregadas no sentido de apressar o aval no decorrer de 1963, foram infrutíferas. Em virtude dos esforços empregados pelo Governador do Estado, Dr. Aurélio Corrêa do Carmo, junto aos Poderes Centrais, foi afinal, despachado o assunto pelo Ministro da Fazenda em 28-11-63, e assinado no Rio a garantia, pelos Representantes da Fazenda, da SPVEA, pelo Governador do Estado do Pará e nosso presidente de Diretoria. Nêsse ínterim, iniciamos demarches para as obras de construção civil e montagem das novas unidades, esperando assinar os respectivos contratos logo no início do próximo exercício. Salientamos mais uma vez a imperiosa necessidade de uma frente comum formada por todos os setores responsáveis da vida pública e das classes produtoras de nossa terra, a fim de garantir recursos indispensáveis à execução dessa importante obra no mais rápido espaço de tempo, sem o que, fatalmente, ver-nos-emos a braços com racionamento de energia, de imprevisíveis consequências.

4.2 — DA TRANSMISSÃO — Embora fôsse de todo aconselhável iniciar-se desde logo as obras da linha de transmissão que irá ter a Castanhal, conforme prognosticado no relatório anterior, é quase certo que tal não se fará nem no exercício de 1964, por falta de recursos. Lembramos que o sistema definitivo de abastecimento da Vila de Icoaraci está vinculado diretamente à execução, pelo menos da primeira parte, da linha Belém-Castanhal. A ligação Belém-Icoaraci, ora em andamento, feita em 13.200 volts, tende a esgotar sua capacidade com certa rapidez, mormente em face das ligações às indústrias que se estão estabelecendo naquela localidade.

Cabe aquí salientar que, estando orçada a construção do Sistema Belém-Castanhal em cerca de Cr\$ 1,5 bilhão, e sendo o empreendimento inicialmente sem perspectivas de compensadora rentabilidade, tornar-se-ia grandemente pesado à Empresa o compromisso, à base de empréstimo. Nesta conformidade, é possível que se transfira o início da sua construção para 1965, com recursos oriundos de dotações federais, que deverão ser solicitadas ao Ministério das Minas e Energia.

4.3 — DA DISTRIBUIÇÃO — Logo no início de 1964, deveremos cuidar da mudança da rede de distribuição da Vila de Icoaraci, objetivando melhor aproveitamento de energia. Temos por norma o critério de que, sendo a energia levada para Icoaraci através de uma linha de 13.200 volts, esta se constitui num verdadeiro prolongamento do sistema de distribuição primário. Será assim facilitado o fornecimento de energia elétrica em toda a extensão da rodovia, muito favorecendo a indústrias, granjas, etc. que se possam prover de transformadores. Deveremos prosseguir também em 1964 nos serviços de expansão da rede de Belém, objetivando atingir

toda a área rural, melhorando assim as condições de vida da população.

Esperamos também, ver removidos os obstáculos que até agora impediram a montagem de uma das duas subestações automáticas de 7.500 KW. A montada no decorrer de 1963, no bairro da Pedreira, deverá entrar em serviço nos primeiros meses do próximo ano.

4.4 — FINANCIAMENTOS — Para atender ao seu programa de expansão, principalmente no que diz respeito à ampliação da Usina com a instalação de mais 50.000 KW, a Empresa apresentou ao BNDE E ELETROBRÁS fundamentados projetos e respectivo pedido de financiamento. De acordo com os estudos feitos pelo Escritório Técnico que o preparou, o projeto está orçado em cerca de Cr\$ 8 bilhões e foi muito bem recebido nas instituições a que o dirigimos. A parte a ser financiada em moeda nacional será de cerca Cr\$ 4,5 bilhões correspondendo o restante ao equipamento fornecido e financiado pela Westinghouse. Estamos envidando esforços no sentido de obter a participação no empreendimento de verbas do Ministério das Minas e Energia e da SPVEA, o que poderá reduzir o financiamento e diminuir consequentemente, os juros a pagar. A SPVEA, aliás, por força do próprio decreto n. 51.992, de 6.5.1963 que autocrizou a concessão do Aval, deverá se constituir, também em principal pagadora do equipamento estrangeiro que, ao câmbio de Cr\$ 620,00 por dólar, corresponde a cerca de Cr\$ 3,6 bilhões, pagáveis em 6 anos, a partir de 1966.

De parte do Ministério das Minas e Energia há, já, um crédito especial de Cr\$ 100 milhões, que esperamos receber no início do próximo exercício, para atender aos primeiros encargos da ampliação da nossa Usina. Contamos, todavia, com a possibilidade de obter outra dotação, esta de Cr\$ 500 milhões, prevista para o orçamento de 1964, também no Ministério das Minas e Energia, e destinada ao Plano de Eletrificação do Estado.

5 — EMPREGADOS

5.1 — ASSISTÊNCIA — Cumprindo o que prometera tão logo assumira a presidência desta Empresa, o Dr. Leão Schulman fez inaugurar pequeno ambulatório médico-dentário, para o atendimento dos empregados e suas famílias. O referido ambulatório funciona diariamente, com apreciável afluência. Além da assistência ambulatorial, a empresa presta ainda a seus empregados assistência hospitalar e de laboratórios, suplementando nêsse setor os serviços das instituições de previdência, mormente para atender situações que não seriam amparadas por aquelas autarquias.

Foram mantidos em vigor, além dos seguros obrigatórios, o de Acidentes Pessoais e de Vida para todos os empregados. Durante o ano faleceram três empregados, cujas indenizações pagas somaram Cr\$ 750.000,00 (Setecentos e Cincenta Mil Cruzeiros).

5.2 — ESCOLA — A Escolinha "Magalhães Barata", mantida em cooperação com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, funcionou durante o exercício com 250 alunos. E' pensamento da Diretoria, no próximo exercício, melhorar as instalações da escola, transferindo-a para um prédio adequado, à Travessa Quintino Bocaiuva, 1657.

5.3 — NÚMERO DE EMPREGADOS E SALÁRIOS — Em 31 de dezembro de 1963 nosso quadro era constituído de 475 empregados, além de 22 admi-quase diárias, todos sabem, e o procedimento peran-

tidos em caráter provisório para as obras da linha de Icoaraci. Verifica-se, assim, que houve um aumento de apenas 30 empregados com relação ao exercício anterior, o que se pode considerar irrisório em virtude do constante aumento dos serviços da empresa.

O número de empregados da empresa tem sido, em cada ano, a partir de 1957: 349, 357, 362, 402, 454, 464 e 475 em 31.12.1963, crescendo percentualmente na seguinte razão: 2,3%, 3,8%, 15,2%, 30%, 33% e 36,1%.

O número de consumidores tem sido, em cada ano, a partir de 1957: 26.200, 28.250, 32.500, 47.600, 44.300, 50.850 e 53.940. Verifica-se que o número de consumidores por empregado, a partir de 1957, apresentou as seguintes proporções: 75, 79, 88, 94, 98, 109 e 113. Estas cifras comprovam a eficiência do pessoal da Empresa de ano para ano, demonstrando que o aumento do seu quadro de pessoal tem se verificado unicamente para atender suas necessidades, não se registrando o empreguismo.

Com a entrada em vigor do novo salário-mínimo em janeiro de 1963, foram reajustados todos os salários dos empregados nas bases em que se fizera o aumento salarial. Em novembro, atendendo à notória alta do custo de vida e a reivindicação de seus empregados, através do Sindicato de classe, um novo reajustamento se fez, de caráter provisório, na base de 25%, comprometendo-se a empresa a rever o assunto tão logo fossem decretados os novos níveis salariais, esperados para janeiro ou fevereiro do ano seguinte.

6 — G E R A I S

6.1 — AUMENTO DE CAPITAL — A Assembléia Geral de 5 de novembro de 1962 autorizou o aumento do capital para um e meio bilhão (Cr\$ 1,5 bilhão) e deu o prazo de um ano para essa subscrição. Até 31 de dezembro, isto é já excedido em quase dois meses aquêle prazo, somente haviam sido subscritas — subscritas e integralizadas — 2.971.060 ações, ou seja Cr\$ 297.106.000,00. Assim, a Diretoria propõe, aos senhores acionistas a prorrogação daquêle prazo para 31 de dezembro do ano em curso, assim como que as ações subscritas, por já integralizadas, sejam incorporadas ao capital a partir de janeiro deste ano, fazendo-se os lançamentos correspondentes na escrita, figurando o capital integralizado da empresa neste exercício por Cr\$ 622.105.000,00.

6.2 — COOPTRAÇÃO — Em meio às naturais dificuldades que cercam as atividades da Fôrça e Luz conforta-nos a carinhosa assistência e o prestígio com que nos honram SS. Excias. os Srs. Dr. Aurélio Corrêa do Carmo, Governador do Estado, e o Gal. Luís Geclás de Moura Carvalho, Prefeito de Belém. Para a boa execução das nossas tarefas muito contribuiu também neste ano, como nos anteriores, a atuação do Banco de Crédito da Amazônia S.A., através de seus diretores, dentre os quais sem demérito para os demais, destacamos os srs. Raimundo Alcântara Figueira, Eliezer França Ramos Filho e Rubem Ohana. Não nos teria sido possível prosseguir no pagamento de nossos compromissos para com a Westinghouse Electric International Company não fosse a assistência do BCA, prestando aval a parte desses compromissos, refinanciados pelo Banco do Brasil S.A.. Nesse mesmo setor, destacamos a inestimável cooperação e compreensão das Carteiras de Câmbio e Fiscalização Bancária do Banco do Brasil, através de seus destacados elemen-

tos como os Srs. Antônio José Pereira Leal, Antônio Araújo Reis Coutinho, Guilherme da Cunha Reis e Fernando Calves Moreira.

O Banco do Estado do Pará perfeitamente identificado com nossa atuação e nossos problemas assume seguro ponto de apoio para a Fôrça e Luz, através da compreensão de seus Diretores, Dr. Octávio Augusto de Bastos Meira, Francisco de Paula Valente Pinheiro e Joel Guedes de Oliveira, a quem somos sempre agradecidos.

Queremos destacar também o constante estímulo que recebemos da Divisão de Águas, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e da Eletrobrás, quer através de seus Diretores quer de seus assessores, permitindo-nos a realização de nossos propósitos de servir a Belém e ao Pará.

6.3 — LUTO — Pesa-nos registrar o falecimento, em 28 de agosto, do Eng. LEÃO SCHULMAN, presidente desta Empresa. Desde que aqui chegara, inicialmente para chefiar a Divisão Técnica, e posteriormente, ao assumir a presidência da empresa, o Dr. Leão Schulman, a par de se impôr à confiança e admiração dos seus companheiros e auxiliares e da opinião pública em geral, abriu novos horizontes para a solução dos problemas de energia. Sua clara visão do futuro que está reservado à Amazônia levou-o a chamar a atenção dos setores responsáveis para a necessidade do imediato estudo de Itaboca no Rio Tocantins, verdadeira redenção desta área no setor de energia. Homenageando-lhe a memória, restamos o conforto de saber que sua rápida passagem pela Fôrça e Luz e pela vida pública de nosso Estado não será jamais esquecida e que o seu sonho será realizado pela instalação de uma grande hidroelétrica naquêle rio, onde a posteridade há de lêr, gravado, o seu nome como um dos maiores impulsionadores.

6.4 — DIRETORIA — Em virtude do falecimento do presidente efetivo da Diretoria, o Senhor Cândido Marinho da Rocha, Diretor Comercial, que já vinha respondendo pela Presidência, assumiu o exercício do cargo, tendo sido convocado para as funções de Diretor Comercial o Senhor Edmundo Moura, primeiro Suplente. Assim recomposta a Diretoria, prosseguiu na execução dos trabalhos encetados pelo dinâmico presidente extinto, empenhada não só em honrar o mandato, como em conservar a tradicional linha que à Empresa foi deixada pelos dirigentes anteriores.

6.5 — REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DA GUANABARA — Desejamos acentuar a colaboração recebida do nosso representante no Estado da Guanabara, Sr. Luiz Olivier Borges Teixeira, bem como do representante do Estado do Pará, Dr. Levi de Campos Moura, que tudo fizeram para facilitar a atuação da Diretoria.

6.6 — REPRESENTAÇÃO EM SÃO PAULO E BRASÍLIA — Os representantes em São Paulo e Brasília, senhores Bernardo Ramos e Dr. Epilogo de Campos, mostraram-se igualmente leais amigos da Empresa, resolvendo a contento, com zelo, dedicação e assiduidade, todos os encargos que lhe foram atribuídos. A todos, os nossos agradecimentos.

Belém-Pará, 31 de Dezembro de 1963.

“Fôrça e Luz” do Pará S. A.”

(aa) **Cândido Marinho da Rocha**
Diretor-Presidente
Edmundo Moura
Diretor-Comercial
Eng. Hugo Augusto Barbosa Canelas
Diretor-Industrial

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963
— A T I V O —

2		IMOBILIZADO	
20.2	Instalações P/Produção — Motores a Vapor	581.946.580,30	
20.4	Instalações de Transmissão	44.386.863,60	
20.5	Instalações de Distribuição	351.843.407,40	
20.6	Instalações de Distribuição — Consumid.	116.385.040,10	
20.7	Instalações em Geral	66.031.837,90	1.160.593.729,30
		<hr/>	
21	Outros Bens e Instalações	23.000,00	
25	Bens e Instalações P/Usos Futuro	671.669,50	
28	Outras Propriedades	8.603.572,80	1.169.891.971,60
		<hr/>	
4		DISPONÍVEL	
40	Caixa	3.181.260,90	
41	Bancos	45.368.780,20	48.550.041,10
		<hr/>	
6		REALIZÁVEL	
60	Contas a Receber	393.859.911,90	
61	Obrigações e Empréstimos a Receber	3.157.265,70	
62	Devedores Diversos	6.112.839,20	
64	Depósitos Especiais ou Caução	72.076.378,30	
65	Almoxarifado	168.513.507,30	
68	Títulos de Renda	8.681.513,60	652.401.416,00
		<hr/>	
5		PENDENTE	
50.0	Suspensão	50.111.430,80	
50.1	Ajustes	231.000.000,00	
50.3	Outros Débitos Diferidos	20.994.012,30	
52	Obras e Serviços em Andamento	118.075.398,30	420.180.841,40
		<hr/>	
0		COMPENSAÇÃO	
			3.375.548.754,30
			<hr/>
			Cr\$ 5.666.573.024,40

— P A S S I V O —

1		INEXIGÍVEL	
10	Capital	325.000.000,00	
11	Reservas	253.584.966,90	578.584.966,90
		<hr/>	
3		EXIGÍVEL	
30	Contas a Pagar	146.139.374,80	
31	Obrigações a Pagar	341.192.426,80	
34	Dividendos Declarados	2.416,00	
35	Juros Vencidos	464.098,50	
37	Outros Créditos Correntes	237.311.134,80	
39	Diversas Dívidas a Longo Prazo	678.103.340,20	1.403.212.791,10
		<hr/>	
5		PENDENTE	
51	Créditos em Suspensão		297.106.533,30
9		RESULTADO	
90		Lucros e Perdas:	
	Dêste exercício	1.711.656,20	
	De exercícios anteriores	10.408.322,60	12.119.978,80
		<hr/>	
0		COMPENSAÇÃO	
			3.375.548.754,30
			<hr/>
			Cr\$ 5.666.573.024,40

Soma e confere o presente Balanço em Cinco Bilhões Seiscentos e Sessenta e Seis Milhões Quinhentos e Setenta e Três Mil Vinte e Quatro Cruzeiros e Quarenta Centavos.

Pará, 31 de Dezembro de 1963

“Fôrça e Luz do Pará S. A.”

EDMUNDO MOURA
Tec. em Contabilidade — CRC - 081

CANDIDO MARINHO DA ROCHA
Dir. Presidente, em Exercício
EDMUNDO MOURA
Dir. Comercial
HUGO AUGUSTO BARBOSA CANÊLAS
Dir. Industrial

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS NO EXERCÍCIO DE 1963

DÉBITO

9 RESULTADO			
90	Lucros e Perdas		
90.01	Despesas de Exploração		
80.10	Desp. de Operação — Motores a Vapor		828.016.708,70
80.11	Desp. de Conservação — Motores a Vapor		21.425.742,20
80.41	Desp. de Transmissão — Conservação		221.865,00
80.50	Desp. de Distribuição — Operação		31.978.297,10
80.51	Desp. de Distribuição — Conservação		19.763.829,90
80.52	Desp. de Distribuição — Diversos		3.733.133,80
80.60	Desp. de Consumid. e de Cobrança — Pessoal		72.671.031,00
80.61	Desp. de Consumid. e de Cobrança - Material e Serviços		73.759.946,10
80.62	Desp. de Consumid. e de Cobrança — Diversos ...		18.742.545,10
80.70	Administração em Geral — Pessoal		41.497.555,30
80.71	Administração em Geral — Mat. e Serviços		2.990.254,90
80.72	Administração em Geral — Diversos		67.908.172,10
90.01	Diferença de Câmbio		
	Saldo de 1962	98.151.158,10	
	Parte Dêste Exercício	212.052.625,20	310.203.783,30
90.21	Despesa Estranha à Exploração		
81.0	Deduções de Renda — Desp. C/Juros e Amorti- zações		71.733.151,20
90.11	Quota Para Depreciação		
11.0	Reserva Para Depreciação das Instalações	81.958.653,80	
11.9.1	Fundo de Reserva Legal	90.087,20	82.048.741,00
90.40	Resultado do Exercício		1.711.656,20
			1.648.406.412,90
			Cr\$ 1.648.406.412,90

CRÉDITO

9 RESULTADO			
90	Lucros e Perdas		
90.00	Receita de Exploração		
70.0	Residencial	703.379.943,20	
70.1	Comercial	372.066.278,80	
70.2	Industrial	167.265.779,20	
70.4	Podêres Públicos	142.926.361,80	
70.9	Outras Receitas	149.964.191,80	1.535.602.554,80
90.20	Receita Estranha à Exploração		
71.0	Receita Estranha à Exploração Patrimonial		112.803.858,10
			1.648.406.412,90
			Cr\$ 1.648.406.412,90

Pará, 31 de Dezembro de 1963
"Fôrça e Luz do Pará S. A."

EDMUNDO MOURA
Tec. em Contabilidade — CRC - 081

CANDIDO MARINHO DA ROCHA
Dir. Presidente em Exercício
EDMUNDO MOURA
Dir. Comercial
HUGO AUGUSTO BARBOSA CANÉLAS
Dir. Industrial

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que nos incumbe por Lei, compa-
recemos à sede da Fôrça e Luz do Pará S/A., à Av. Inde-
pendência, 209, onde nos foram presentes livros e documen-
tos, e prestados os esclarecimentos solicitados, podendo cons-
tatar, assim, o acerto e a estrita obediência à Lei na exe-
cução dos serviços contábeis da Empresa, refletindo o Balan-
ço a sua real situação, pelo que nos permitimos recomendar
aos Srs. Acionistas a aprovação das contas e atos da sua
Diretoria no exercício de 1963.

Belém, 25 de março de 1964.

(aa) NESTOR FREIRE ARNAUD
PÉRICLES GUEDES DE OLIVEIRA
ANTÔNIO DE CARVALHO MESQUITA

(Ext. — Dia 25/4/64).

COMPANHIA AMAZONIA TEXTIL DE ANIAGEM (CATA)

Ata da assembléa geral ordinária realizada no dia 25 de março de 1964.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, às dezessete horas, na sede social, à rua do Arsenal n. 138, nesta cidade, reuniu-se, em primeira convocação, a assembléa geral ordinária da COMPANHIA AMAZONIA TEXTIL DE ANIAGEM (CATA), convocada regularmente por editais publicados no DIARIO OFICIAL do Estado, edições de onze, doze e treze do corrente mês, e no jornal "A Província do Pará", edições dos mesmos dias, para o fim especial de discutir e deliberar sobre a ordem do dia constante do respectivo edital de convocação. Assinado o livro de presença e verificando-se o comparecimento de acionistas representando número legal para o funcionamento e deliberações da assembléa, com mais de setenta por cento do capital social com direito a voto, assumiu a presidência, na conformidade do artigo cinquenta e dois dos estatutos, o senhor VALDEMIRO MARTINS GOMES, presidente da Companhia, que convidou o acionista JOAQUIM BORGES GOMES para secretariar os trabalhos, ficando, assim constituída a mesa. Depois de declarar instalada a assembléa e iniciados os trabalhos, o senhor presidente mandou que o Secretário procedesse à leitura do edital de convocação antes aludido, o que foi cumprido, sendo o seguinte o inteiro teor do documento: "COMPANHIA AMAZONIA TEXTIL DE ANIAGEM (CATA) — Assembléa geral ordinária — 1ª convocação — Ficam convidados os senhores acionistas da COMPANHIA AMAZONIA TEXTIL DE ANIAGEM (CATA) a se reunirem em assembléa geral ordinária no próximo dia 25 de março, às 17,00 horas, na sede social, à Estrada Nova do S.E.S.P., para o fim especial de ser discutida e votada a seguinte ordem do dia: — a) apreciação e votação das contas da Diretoria referentes ao exercício social encerrado a 31.12.63, compreendendo o Balanço, a demonstração de "Lucros e Perdas", o relatório da diretoria e o parecer do Conselho Fiscal; b) eleição de dois sub-diretores com o mandato reduzido previsto no art. 62 dos estatutos sociais; c) eleição dos membros do Conselho Fiscal para o atual exercício; d) fixação dos honorários dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, tendo em vista haver a Companhia iniciado o seu efetivo funcionamento industrial; e) o que ocorrer. — Belém (Pa), 3 de março de 1964 — Pela COMPANHIA AMAZONIA TEXTIL DE ANIAGEM (CATA) — Valdemiro Martins Gomes — presidente". A seguir, o senhor

Presidente declarou que estava em discussão a ordem do dia pelo que autorizou a leitura do relatório da Diretoria, do balanço, da demonstração de "Lucros e Perdas" e do parecer do Conselho Fiscal, o que foi cumprido pelo Sr. Secretário, com o esclarecimento de que ditos documentos, todos referentes ao exercício social encerrado a 31.12.63, haviam sido publicados no jornal "Folha do Norte", edição de 10/3/64, e no DIARIO OFICIAL do Estado, edição do mesmo dia. Explicou ainda o senhor Presidente que a Diretoria, por anúncios publicados no DIARIO OFICIAL e no jornal "A Província do Pará", edições de 21, 22 e 25.2.64, do primeiro órgão e edições de 21, 22 e 23.2.64, do segundo, colocara ditos documentos à disposição dos senhores acionistas, na conformidade do art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26.9.40. Postos como já estavam em discussão ditos documentos, o senhor Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestasse a respeito, foi a matéria posta em votação, verificando-se a aprovação unânime, absterendo-se de votar os membros da Diretoria por impedimento legal. O Senhor Presidente proclamou então, que a assembléa acabava de aprovar por unanimidade e sem reservas ou restrições as contas do exercício social encerrado a 31.12.63, compreendendo o relatório da Diretoria, o balanço, a demonstração de lucros e perdas e o parecer do Conselho Fiscal. Logo após, o senhor Presidente, dando prosseguimento à ordem do dia e depois de esclarecer que a Companhia já se encontrava em efetivo funcionamento industrial, determinou que se procedesse a eleição para o imediato provimento de dois cargos de sub-diretores, de acordo com o estabelecido no art. 62 dos estatutos sociais. Organizadas as chapas e feita a eleição, verificou-se que foram eleitos, por unanimidade de votos, os senhores JOAQUIM BORGES GOMES e RAIMUNDO RODRIGUES DA CUNHA FILHO, ambos brasileiros, casados, comerciantes, domiciliados nesta cidade, os quais terão o seu mandato restrito ao tempo que resta para os atuais diretores, na forma prevista na parte final do mesmo artigo 62 dos estatutos sociais. Proclamado tal resultado, o senhor Presidente recomendou aos dois sub-diretores eleitos que prestassem a caução devida com a possível brevidade a fim de tomarem posse do cargo mediante o respectivo termo a ser lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria", como recomendam os estatutos. Prosseguindo na execução da ordem do dia, o senhor Presidente determinou que se fizesse a eleição do novo Conselho Fiscal para o atual exercício. Organizadas as chapas e feitas as eleições, apurou-se que foi elei-

to, também por unanimidade, o seguinte Conselho Fiscal: — Membros efetivos, JOSÉ IVO LOUREIRO DO AMARAL e DOMINGOS FRANCISCO DE BAS-TOS, primeiro brasileiro e o segundo português, ambos casados, comerciantes, domiciliados nesta cidade, sufragados pelos acionistas titulares das ações ordinárias; e ROGÉLIO FERNAN-DEZ FILEO, brasileiro, casado, comerciante, também residente e domiciliado nesta cidade, pelos titulares das ações preferenciais; Suplentes: — pelas ações ordinárias, os Srs. FRANCISCO RIBEIRO FRANCA, primeiro suplente, e ANTÔNIO NICOLAU VIANA DA COSTA, segundo suplente, o primeiro português e o segundo brasileiro, ambos casados, comerciantes, domiciliados nesta cidade; e pelas ações preferenciais a dra. ANTÔNIA MARIA RIBEIRO, brasileira, solteira advogada, também domiciliada nesta cidade. Proclamado este resultado, o senhor Presidente declarou que os novos membros deveriam considerar-se desde já empossados, assumindo logo as suas funções. A seguir o senhor Presidente declarou que como última parte da ordem do dia deveria ser votada a fixação dos honorários a serem percebidos pelos membros da diretoria e pelos membros efetivos do Conselho Fiscal, tendo em vista já haver a Companhia iniciado o seu funcionamento industrial. Por proposta do acionista José Ivo Loureiro do Amaral foi aprovado por unanimidade e para vigorar a partir do mês de abril próximo, a seguinte remuneração mensal para a Diretoria: Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para cada diretor e Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) para cada sub-diretor. Para o Conselho Fiscal, também a partir do mês de abril próximo e por proposta do acionista Valdemiro Martins Gomes, foi fixada a remuneração mensal de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) para cada membro efetivo. Com esta deliberação ficou esgotada a ordem do dia, em razão do que o senhor Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. E como ninguém mais se manifestasse, deu por encerrados os trabalhos, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e aprovada vai por todos assinada.

Belém, 25 de março de 1964.
(aa) Waldomiro Martins Gomes, Alda Aguiar Gomes, Manuel Martins Nogueira, Varlindo Manoel Gonçalves, João da Silva Cunha, Raimundo Rodrigues da Cunha, Juvêncio Rodrigues da Cunha, Antonio Gonçalves Maia, Antonio Bernardo Dias Maia, Nabor de Castro e Silva, José Ivo Loureiro do Amaral, p. p. Manoel Fernandes Gomes — Joaquim Gomes; p. p. Hortência P. Campos Borges Gomes — Joaquim Gomes; p. p. Amélia Borges Gomes Batista — Joaquim Gomes, Joaquim Borges Gomes, Antonio Virginio Aguiar.

CIA. AMAZONIA TEXTIL DE ANIAGEM (CATA) — Valdemiro Martins Gomes, diretor-presidente.

Reconheço a assinatura de Valdemiro Martins Gomes. Belém, 7 de abril de 1963. Em test. H.P. da verdade. — Hermano Pinheiro, tabelião.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ, S. A. — Cr\$ 4.500,00. — Pagou os emolumentos na 1ª via na importância de quatro mil e quinhentos cruzeiros. Belém, 7 de abril de 1964. (Assinatura ilegível).

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ — Esta Ata com 5 vias foi apresentada no dia 7 de abril de 1964 e mandada arquivar por despacho do Diretor de 8 do mesmo mês, contendo três (3) folhas de ns. 847/49 que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 256/64. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, primeiro oficial, fiz a presente nota.

Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 8 de abril de 1964 — Oscar Faciola.

COMPANHIA AMAZONIA TEXTIL DE ANIAGEM (CATA)

Ata da Assembléa Geral Extraordinária realizada no dia 28 de março de 1964.

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, às dezessete horas, na sede social, à Rua do Arsenal n. 138, nesta cidade reuniram-se em primeira convocação de Assembléa Geral Extraordinária os acionistas da "Companhia Amazônia Textil de Anagem (CATA)", regularmente convocados por editais publicados no DIARIO OFICIAL do Estado e no jornal "A Província do Pará", edições de 11, 12 e 13 do mês em curso, para deliberarem sobre a ordem do dia constante do respectivo edital de convocação adiante transcrito. Apostas as assinaturas no livro de presença de acionistas verificou-se o comparecimento de número legal, pelo que assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Valdemiro Martins Gomes, também presidente da Companhia, que na conformidade do artigo 52 dos Estatutos convidou o acionista Edilson Moura Barroso para Secretário, ficando, assim, constituída a Mesa. Declarando instalada a Assembléa e iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou que o Sr. Secretário procedesse à leitura do edital de convocação, o que foi feito indo a seguir transcrito o inteiro teor do mesmo: — "Companhia Amazônia Textil de Anagem (CATA) — Assembléa Geral Extraordinária — 1ª Convocação — Ficam convidados os Senhores acionistas da Companhia Amazônia Textil de Anagem (CATA) para uma reunião de Assembléa Geral Extraordinária a ter lugar no próximo dia 28 de março corrente, às 17 horas, na sede social, à Estrada do SESP, para o fim especial de ser discutida e votada a seguinte or-

dem do dia: — a) aumento do capital social; b) reforma do Estatuto; c) o que ocorrer. Belém, 10 de março de 1964. — Pela "Companhia Amazônia Textil de Aniamem (CATA) Valdemiro Martins Gomes". A seguir, o Senhor Presidente expôs aos presentes que conforme menção expressa na ordem do dia, a Assembléa deveria tomar conhecimento e deliberar sobre o aumento do capital social e reforma de alguns artigos dos Estatutos, conforme descrito na proposta da Diretoria, já acompanhada do parecer favorável do Conselho Fiscal, pelo que determinou ao Senhor Secretário que procedesse à leitura de mais estes documentos, os quais também vão a seguir transcritos: — PROPOSTA DA DIRETORIA para aumento do capital social e reforma dos Estatutos. — Srs. Acionistas. Em mais esta oportunidade, voltamos à presença de Vv. Ss. para expor problemas de interesse social com sugestões que reputamos convenientes à Sociedade que temos a honra de dirigir. Já por ocasião da elaboração do nosso relatório referente ao exercício social encerrado a 31-12-62, tivemos a oportunidade de levar ao conhecimento de Vv. Ss. tudo o que conseguimos realizar, apesar dos inúmeros obstáculos surgidos mas que, mercê de Deus, nos foi possível vencer a todos chegando, assim, ao resultado que já é do conhecimento de Vv. Ss. Assim é que conseguimos instalar a nossa primeira unidade fabril, cujas máquinas já se encontram em franco funcionamento. O curto tempo da implantação da indústria ultrapassou as nossas próprias expectativas. Aumentamos também a nossa área de construção para contarmos com maior espaço exigido para a instalação das máquinas que constituirão a segunda unidade encomendada. Para a concretização de todo esse extenso programa de trabalho e realizações efetivas, fizemos tudo o que nos era possível sem lançar mão do processo de aumento de capital. Entretanto, agora, com o início da instalação da nossa segunda unidade de máquinas, não nos é mais possível deixar de propor aos Srs. Acionistas um plano de aumento de capital capaz de fazer frente aos inúmeros compromissos a contrair. Releva mencionar que as construções destinadas a essa segunda unidade de máquinas ainda estão em curso e necessitam ser aceleradas para que, à chegada das novas máquinas, possam estas ser logo instaladas. É, pois, baseados nesses fatores, que os membros da Diretoria vêm propor aos Senhores acionistas a adoção das seguintes medidas: — 1o.) — O aumento do capital social de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) já integralizados para Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), mediante subscrição em dinheiro, na seguinte forma: — a) entrada inicial de 10% (dez por cento) no ato da subscrição das novas ações; b) uma prestação de 35% (trinta e cinco por cento) vencível 30 (trinta) dias após a aprovação do aumento do capital pela Assembléa Geral que o apreciar; c) onze prestações mensais e seguintes, de 5% (cinco por cento) cada. 2o.) — Se aprovado este aumento de capital, sugere ainda

a Diretoria: a) A emissão de novas ações ordinárias e preferenciais do valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada, correspondente ao aludido aumento de capital e mantida a proporção entre as ações ordinárias e preferenciais, de modo a que sejam emitidas 200.000 (duzentas mil) novas ações ordinárias e 50.000 (cinquenta mil) novas ações preferenciais; b) A alteração dos Estatutos Sociais, no seu artigo 5o., que deverá passar a ter a seguinte redação: — Art. 5o. — O capital social é de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), dividido em 400.000 (quatrocentas mil) ações ordinárias e 100.000 (cem mil) ações preferenciais, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada, ao portador ou nominativas, segundo a preferência dos acionistas. Parágrafo único. — A interseção e pedido dos acionistas, a Sociedade promoverá a conversão das ações ao portador em nominativas, ou vice-versa, resguardadas, porém, as disposições do artigo 23o., parágrafo primeiro do decreto-lei n. 2.627, de 26-9-40. 3o.) — Visando a um melhor desempenho administrativo e desajando aproveitar a oportunidade, sugerimos ainda que sejam aprovadas as seguintes redações para alteração do § 2o. do artigo 24 e para o artigo 32 dos Estatutos Sociais. Assim o § 2o. do artigo 24 passaria a ter a seguinte redação: — § 2o. — Os atos de responsabilidade para a Sociedade, que foram praticados extra-judicialmente, deverão ser sempre assinados por dois Diretores conjuntamente, ou por um Diretor e um sub-Diretor, também conjuntamente. Para os atos de administração financeira, e que impliquem em entrada de fundos, tais como emissão de cheques, recebimento de numerário ou outros semelhantes, exigir-se-á, sempre, a assinatura do Diretor Tesoureiro, juntamente com a de outro qualquer Diretor ou Sub-Diretor. O artigo 32 passaria a vigorar com a seguinte redação: — Artigo 32 — A cada um dos Sub-Diretores, além das atribuições que lhes cabem como membros da Diretoria, compete: a) Assinar, juntamente com outro Diretor, os títulos de crédito sacados contra a Sociedade ou quaisquer outros atos de responsabilidade praticados extra-judicialmente, observada a disposição constante do § 2o. do artigo 24, destes Estatutos (parte final); b) Prestar colaboração aos Diretores nos setores para os quais sejam especialmente designados pela Diretoria; c) Zelar pela fiel execução destes Estatutos e das resoluções das Assembléas Gerais e da Diretoria. Estas são, pois, as sugestões que apresentamos aos Senhores Acionistas esperando que elas sejam bem compreendidas e afinal aprovadas. Belém, 28 de março de 1964. — (aa.) Valdemiro Martins Gomes, João da Silva Cunha, Varlindo Manoel Gonçalves. PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL E REFORMA DE ESTATUTOS: — Srs. Acionistas — Os infra assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da "Companhia Amazônia Textil de Aniamem (CATA)", havendo recebido, para exame, uma proposta da Diretoria no sentido de ser au-

mentado o capital social e reformados os Estatutos, após haverem examinado minuciosamente aquela peça, concluíram pela justeza das sugestões apresentadas pela Diretoria, motivo por que recomendamos seja a referida proposta integralmente aprovada. Belém, 28 de março de 1964. — (aa.) José Ivo Loureiro do Amaral, Domingos Francisco de Bastos, Rogélio Fernandez Filho. Após a leitura de tais documentos foi a matéria posta em discussão, com amplos debates, após, os quais, o Senhor Presidente submeteu à votação as sugestões apresentadas pela Diretoria em sua aludida proposta. Colhidos os votos, verificou-se que por unanimidade foi aprovada a proposta da Diretoria, tendo a Assembléa autorizado a elevação do capital social de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), na forma constante da proposta da Diretoria. Deliberou ainda a Assembléa aprovar de imediato as reformas estatutárias referentes às novas redações sugeridas para o § 2o. do artigo 24 e para o "caput" do artigo 32, que assim passam a vigorar com as seguintes disposições "§ 2o. do artigo 24 — Os atos de responsabilidade para a Sociedade, que forem praticados extra-judicialmente, deverão ser sempre assinados por dois Diretores conjuntamente, ou por um Diretor e um Sub-Diretor, também conjuntamente. Para os atos de administração financeira e que impliquem em entrada de fundos, tais como emissão de cheques, recebimento de numerário ou outros semelhantes, exigir-se-á, sempre, a assinatura do Diretor Tesoureiro, juntamente com a de outro qualquer Diretor ou Sub-Diretor. ARTIGO 32 — A cada um dos Sub-Diretores, além das atribuições que lhes cabem como membros da Diretoria, compete: — a) Assinar, juntamente com outro Diretor, os títulos de crédito sacados contra a Sociedade ou quaisquer outros atos de responsabilidade praticados extra-judicialmente, observada a disposição constante do § 2o. do artigo 24, destes Estatutos (parte final); b) Prestar colaboração aos Diretores nos setores para os quais sejam especialmente designados pela Diretoria; c) Zelar pela fiel execução destes Estatutos e das resoluções das Assembléas Gerais e da Diretoria. Quanto à redação proposta para o artigo 5o., decidiu a Assembléa que ela somente seja apreciada pela Assembléa que venha a aprovar o aumento de capital ora autorizado. Com essas aprovações, a Assembléa recomendou à Diretoria que tomasse as providências necessárias para a efetivação do aumento do capital abrindo aos Senhores acionistas o prazo de 30 dias para que eles usem o seu direito de preferência na subscrição das novas ações. Deliberou ainda a Assembléa que na hipótese de não ser subscrita no referido prazo a totalidade das novas ações, que a Diretoria, no prazo de (cinco) dias solicite de seus membros que se manifestem sobre a sua pretensão de subscrever as ações disponíveis dentro das respectivas proporções e que, se ainda perdurar qualquer número de novas ações a subscrever, que admita novos acionistas, tudo na

conformidade do parágrafo único, do artigo 8o. dos Estatutos. Após essas deliberações da Assembléa, o Senhor Presidente declarou esgotada a ordem do dia e franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. E como ninguém mais se manifestasse, deu por encerrados os trabalhos, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e aprovada vai por todos assinada.

Belém, 28 de março de 1964.

(aa.) Valdemiro Martins Gomes — Edilson Moura Barroso — Alda Aguiar Gomes — Manuel Martins Nogueira — Rogélio Fernandez Filho — José Ivo Loureiro do Amaral — Varlindo Manoel Gonçalves — João da Silva Cunha — Raimundo Rodrigues da Cunha — Juvêncio Rodrigues da Cunha — Antonio Gonçalves Maia — Antonio Fernando Dias Maia — Nabor de Castro e Silva — Joaquim Borges Gomes — P.p. Manuel Fernandes Gomes, Joaquim Borges Gomes — P.p. Hortência P. Campos Borges, Joaquim Borges Gomes — P.p. Amélia Borges Gomes Baptista, Joaquim Borges Gomes.

(a.) VALDEMIRO MARTINS GOMES, Diretor-Presidente.

Reconheço a assinatura supra de Valdemiro Martins Gomes. Em sinal C.N.A.R. da verdade.

Belém, 16 de abril de 1964.

(a.) CARLOS N. A. RIBEIRO, Tab. Substituto.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S. A.

Cr\$ 3.500,00

Pagou os emolumentos na 1a. via na importância de (três mil e quinhentos cruzeiros).

Belém, 15 de abril de 1964.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Esta ata em 4 vias foi apresentada no dia 16 de abril de 1964 e mandada arquivar por despacho do Diretor na mesma data, contendo 4 folhas de números 864/867, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha, de qua faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 286/64. E, para constar eu Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro Oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 16 de abril de 1964.

O Diretor: OSCAR FACIOLA. (Ext. — 25.4.64)

FERREIRA D'OLIVEIRA COMERCIO E NAVEGAÇÃO S. A. Assembléa Geral Ordinária

Ficam convidados os Senhores acionistas de "Ferreira d'Oliveira Comércio e Navegação S. A." a reunirem-se em Assembléa Geral Ordinária em sua sede social à Rua Cons. João Alfredo n. 47/57, no dia 30 do corrente às 16 horas, para os seguintes fins:

a) Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstração de Lucros e Perdas, referentes ao exercício de 1963;

b) Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal;

c) O que ocorrer.

Belém, 20 de abril de 1964.

(a.) PEDRO LOBÃO DE OLIVEIRA, Presidente.

(Ext. — 25, 28 e 29/4/64)

CASA DE SAÚDE SANTA MÔNICA S. A.

Assembléia Geral Ordinária

Convoco os Senhores acionistas desta Sociedade para a sessão de Assembléia Geral Ordinária a ter lugar no próximo dia 29 de abril de 1964, às 20 horas em nossa sede social, à Rua Arcebispo Manoel Theodoro, 734, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Leitura e discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 1963;

b) Eleição do Conselho Fiscal e da Diretoria, para o biênio de 1964 e 1966;

c) O que ocorrer.

Belém, 20 de abril de 1964.

(a.) PAULO MOTTA DE CASTRO, Presidente.

(Ext. — 25 e 28/4/64)

PARAENSE, TRANSPORTES AERÉOS, S. A.

Assembléia Geral Ordinária

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 28 de abril de 1964, às 14 horas, em nossa sede social à Avenida Presidente Vargas, 780, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

a) Aprovação do Balanço Geral de 1963;

b) Eleição da Diretoria;

c) O que ocorrer.

A DIRETORIA

(Ext. — 25/4/64)

M. V. O. P.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ (SNAPP)

Concorrência Pública

No dia 30 de abril de 1964, às 11,00 horas, na sala do Departamento do Material do Edifício do SNAPP, situado à Avenida Presidente Vargas, sede do "Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará", terá lugar a Concorrência Pública n. 4/64.

1. As propostas serão apresentadas para o fornecimento do seguinte material:

a) óleo diesel — 5.000.000 de litros;

b) gasolina — 500.000 litros;

c) fuel oil — 3.000.000 de quilos.

2. A caução de inscrição, na importância de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00), poderá ser prestada em moeda corrente ou em títulos da dívida Pública Federal, e será depositada na Tesouraria do SNAPP. As guias serão extraídas até a véspera do dia da Concorrência, e até às 12,00 horas.

3. As propostas deverão obedecer rigorosamente aos termos do Edital, não sendo aceitas aquelas que apresentarem variantes

ou preços para produtos diferentes, ou que fizerem referências a proposta de outros concorrentes.

A proposta que contiver emendas ou rasuras, para ser aceita, deverá ter as mesmas ressalvas a tinta vermelha e assinadas.

Reserva-se a repartição o direito de adquirir somente uma parcela da quantidade proposta ou aproveitar o mesmo preço para uma aquisição de maior quantidade, não atingindo tal variação a mais de cinquenta por cento num e noutro caso, assim como não aceitar nenhuma proposta.

4. Para o julgamento da idoneidade dos proponentes, deverão ser apresentados os documentos que comprovem a sua personalidade jurídica e idoneidade técnica ou financeira, dentre os quais deverão constar os seguintes:

Registro da firma e se esta fôr estrangeira, prova de autorização para funcionar no País; quitação com os impostos federais e municipais; prova de observância da chamada lei de 2/3; C.L.T.; Imposto Sindical e outros; em se tratando de Sociedade Anônima, exemplar dos Estatutos e a última ata da eleição da Diretoria, devidamente registrados; nos casos em que exercício da atividade comercial estiver sujeito a legislação especial, prova de haver satisfeito os requisitos legais.

5. Ficam dispensados de apresentação de documentos exigidos na cláusula 4 os proponentes inscritos no Registro de Fornecedor do SNAPP ou no Departamento Federal de Compras, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n. 6.024, sendo de observar que essa dispensa abrangerá somente os documentos constantes do respectivo certificado de inscrição.

6. A adjudicação do fornecimento dependerá da verificação não só do menor preço, mas também das condições que resultem em menor ônus para o SNAPP, reservando-se a administração a faculdade de preferir o menor preço global, se assim convier, para o que os proponentes deverão apresentar também essa forma em suas propostas.

7. O pagamento será feito em processo normal na Tesouraria do SNAPP, não sendo aceitas outras formas de compromisso em relação ao pagamento.

Belém, 13 de abril de 1964.

FERNANDO MARTINS DA SILVA

Presidente

JOÃO FERREIRA MAGNO

Secretário

(Ext. — 24, 25 e 28-4-64)

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A.
Assembléia Geral Ordinária
(Primeira Convocação)

Convidam-se os Senhores acionistas e se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 29 (vinte e nove) do corrente, às 10 (dez) horas, na sede deste estabelecimento, à praça Visconde do Rio Branco, número 90 (noventa), nesta capital, a fim de deliberarem sobre:

a) Relatório da Diretoria,

Contas de Lucros e Perdas, Balanços semestrais e Pareceres do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1963;

b) Eleição do Conselho Fiscal para o exercício de 1964/65 (art. 32. dos Estatutos);

c) Fixação dos honorários da Diretoria (art. 240. dos Estatutos);

d) Fixação dos honorários do Conselho Fiscal (art. 350. dos Estatutos);

e) o que ocorrer.

Belém, 21 de abril de 1964.

Raymundo Alcântara

Figueira

Presidente

(Ext. — 21, 25 e 28/4/64)

PAN-BRASIL, S. A., Incorporação e Administração
Assembléia Geral Ordinária

CONVOCAÇÃO

Pelo presente convocamos os Senhores Acionistas para a sessão de Assembléia Geral Ordinária, a ter lugar no próximo dia 29 de abril de 1964, às 15 horas, em nossa sede social à Av. Nazaré 1058, com o fim especial de tratar do seguinte: — a) Para apreciação da prestação de Contas da Diretoria e Conselho Fiscal; b) Fixação dos honorários da Diretoria e Conselho Fiscal; c) O que ocorrer.

Belém, 18 de abril de 1964.

(a.) DAVID SALOMÃO MUFARREJ, Diretor-Superintendente.

(Ext. — 24, 25 e 28-4-64)

SANTA MÔNICA BENEFICAMENTO DE BORRACHA S. A.
Assembléia Geral Extraordinária

CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas de "Santa Mônica Beneficimento de Borracha S. A." a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 1964, às nove horas, na sede social sito à Rua 28 de Setembro 269, Conj. 508, nesta cidade, a fim de discutirem e deliberarem sobre:

a) verificação da subscrição do aumento do capital social, conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de março de 1964;

b) outros assuntos do interesse social e pertinentes a esta Assembléia.

Belém, 20 de abril de 1964.

(a.) ÁTILA BEBIANO, Presidente.

(Ext. — 24, 25 e 28-4-64)

BREVES INDUSTRIAL, S. A.
Assembléia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 1964, às 17 horas em nossa sede à Avenida Presidente Vargas, n. 620, sala 301, para apreciação e julgamento do Relatório e Contas da Diretoria, relativos ao exercício de 1963, e o que ocorrer.

Belém, 22 de abril de 1964.

(a.) Guilherme Leitão, Presidente.

(Ext. — 24, 25 e 28-4-64)

MARTINS MELO S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Assembléia Geral Ordinária

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no próximo dia 27 às 16 horas, em nossa sede social à Rua Jerônimo Pimentel, 650 (esquina da Trav. Dom Romualdo de Seixas), nesta cidade, a fim de deliberar sobre o seguinte:

(a.) Contas da Diretoria, referentes ao exercício de 1963;

b) O que ocorrer.

Belém, 20 de abril de 1964.

A DIRETORIA

(Ext. 24 e 25-4-64)

PAN-BRASIL S. A., Incorporação e Administração
Assembléia Geral Extraordinária

CONVOCAÇÃO

Pelo presente convocamos os Senhores Acionistas para a sessão de Assembléia Geral Extraordinária, a ter lugar no próximo dia 29 de abril de 1964 às 9 horas, em nossa sede social à Av. Nazaré 1058, com o fim de tratar da reforma dos Estatutos sociais.

Belém, 18 de abril de 1964.

(a.) DAVID SALOMÃO MUFARREJ, Diretor Superintendente.

(Ext. — 24, 25 e 28-4-64)

RÁDIO DIFUSORA DO PARÁ S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Edital de convocação

Pelo presente, na forma da legislação em vigor e consoante nos seus Estatutos, convidamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no próximo dia 30 de Abril, às 8 horas da manhã, na sede social, sito à Rua de Santo Antônio n. 491, para tratarem dos seguintes assuntos:

a) Leitura e discussão do Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal e contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1963.

b) Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários.

c) Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e fixação de seus honorários.

d) O que ocorrer.

Belém, 30 de março de 1964.

A Diretoria

(Ext. — 24, 25 e 28/4/64)

**CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S. A.
(CELPA)**

Senhores Acionistas :

A Diretoria de "Centrais Elétricas do Pará S/A", no cumprimento de imperativo legal e em atendimento a dispositivo estatutário, vem submeter a VV. SS. o relato de suas atividades à frente da entidade que dirige, no recém-fimido, de 1963.

No desempenho das funções que nos são atribuídas, providenciamos desde a instalação — provisória mas condigna — dos escritórios da Empresa, à promoção das medidas necessárias junto aos órgãos competentes, e no propósito de ser preenchido o fim precípuo para a criada entidade.

Contratamos pessoal técnico especializado, de elevado grau de produtividade, com capacidade, a fim de projetar a Empresa tanto no ambiente doméstico, em que opera, como no âmbito nacional, elaboraram-se os planos de aplicação necessários aos recebimentos das dotações que foram atribuídas à região e nos fizemos presentes, pessoalmente, nas sedes dos órgãos estatais de que depende a Empresa para o seu funcionamento,

Sendo este o primeiro ano de funcionamento e tendo-se em conta que o elemento humano — embora eficiente — não se achava, não podia se achar familiarizado com o assunto, o que conseguimos de realizações, e que vai adiante individualizado, nos anima a proclamar, como ressalva da modéstia que cabe nos impor, que não desmerecemos da confiança com que fomos honrados ao sermos eleitos para as funções de cujo desempenho vimos dar conta.

**RELATÓRIO DA DIRETORIA REFERENTE AO
EXERCÍCIO DE 1963**

"Centrais Elétricas do Pará S/A (CELPA) — criada pela Lei n. 2023, de 31.8.1960 e organizada em novembro de 1962, com sede à Av. Braz de Aguiar, 478, Belém-Pará.

I — ESTUDOS E PROJETOS

Elaboraram-se durante o ano de 1963, os seguintes estudos :

1.º — Mercado de energia elétrica na Região Bragançana, sob a designação de "Sistema Belém-Castanhal", em 3 volumes.

2.º — "Usinas Diesel Padronizadas" que permitirá em futuro bem próximo o fornecimento de energia elétrica em diversos municípios do Estado, tendo por base padronização do mercado do material e garantia de assistência técnica.

3.º — "Estudo sobre o aproveitamento hidroelétrico da Cachoeira do Palhão" — que reúne e correlaciona todos os dados sobre o aproveitamento em pauta e, baseado nêlo, define não só o tipo da barragem a ser construída, como o de aproveitamento; de turbinas a serem utilizadas e a cota final da crista da barragem e das etapas intermediárias.

4.º — "Estudo comparativo entre usinas a vapor e usinas Diesel" — cujo título por si só esclarece a valia do trabalho.

II — OUTROS TRABALHOS

a) Perfis

Trêcho Miramar-Icoaraci — Estaca 0 a 100
Trêcho Ananindeua — Estaca 69 a 147
Trêcho estaca 100 — Icoaraci — Estaca 100 a 186

b) Caminhamentos

Foram executados os caminhamentos :

Icoaraci-Miramar-Ananindeua — referentes aos perfis dos trêchos onde será instalada a futura linha de transmissão do sistema Belém-Castanhal.

c) Plantas e Tabelas

Diversas plantas de cidades do interior do Estado, Tabela para cálculo de vigas, valores de C e de dobragem de ferro.

d) Desenhos

60 desenhos foram feitos para atender aos projetos e estudos realizados pela Empresa.

III — PLANOS DE APLICAÇÃO

Foram elaborados planos de aplicação e aprovados pelo "Ministério das Minas de Energia" no valor de 278 milhões de cruzeiros e na SPVEA 300 milhões de cruzeiros.

IV — LIBERAÇÃO DE VERBAS

A de maior importância é a destinada à instalação da hidroelétrica no Curuá-Una, município de Santarém, no valor de 100 milhões de cruzeiros, consignada no Orçamento de 63, pela SPVEA.

V — MENSAGENS

Foi enviada mensagem ao Executivo Estadual para a lavratura do Decreto considerando de utilidade pública, a faixa do terreno em que será lançada a linha de transmissão BELÉM-CASTANHAL.

VI — EXPEDIENTE

Apesar de ser o 1.º ano de funcionamento, o movimento de correspondência acusa, na recebida 400, enquanto que na expedida 463, incluindo um grande número de firmas estrangeiras, especializadas do ramo, com quem mantivemos proveitosos contactos.

VII — COLABORAÇÃO

Em virtude da posição e da finalidade da CELPA, a colaboração prestada aos órgãos congêneres notadamente a "Comissão Estadual de Energia e Fôrça e Luz do Pará S/A", é relevante, em especial na parte técnica e financeira. Elaboramos pedidos de concessão para produção e distribuição de energia elétrica em 78 municípios bem como os processos de liberação de verbas de tôdas as dotações consignadas no Orçamento, a favor do interior do Estado.

VIII — PESSOAL

Assistência médica é executada pelo Dr. José Ewerton de Souza Amaral.

Seguro de Acidente do Trabalho — em vigor para todos os empregados.

Em julho de 1963, foi concedido aos funcionários um reajustamento salarial médio, de 54,9%.

a) Substituição na Presidência

Com o falecimento do Eng. "Leão Schulman" e de acordo com disposição estatutária, em 30 de agosto de 1963, assumiu a presidência da Empresa, o Sr. Cândido Marinho da Rocha.

b) Luto

E' com muito pesar que registramos o falecimento do Eng. Leão Schulman, Diretor-Presidente da CELPA, "Forluz" e "Comissão Estadual de Energia", que com alta capacidade técnica, aliada a uma grande dedicação a esta terra, conduzia com altivez e probidade os problemas energéticos desta região.

Perda irreparável para o nosso Estado, prestamos-lhe as homenagens a que fazia jus. A seus filhos demos a assistência de que necessitavam, na hora de tão dura prova.

IX — CONTABILIDADE — Situação Econômica e Financeira

1) Neste primeiro ano de funcionamento, a Empresa não auferiu rendimento de qualquer espécie, excetuada a pequena parcela de Cr\$ 1.348.464,80 proveniente de juros sobre depósitos Bancários. A sua receita constituiu-se quase que exclusivamente dos recursos providos da integralização de ações subscritas, figurando o Governo do Estado com a quase totalidade dessa integralização.

2) — Assim, tendo subscrito seiscentos milhões (Cr\$ 600.000.000,00), o Governo do Pará contibuiu até 31 de dezembro com Cr\$ 8.513.103.060,90, de que: — Quotas do Imposto Único sobre energia elétrica, Cr\$ 141.443.084,20, depósitos feitos pela Divisão de Receita da Secretaria de Finanças no Banco do Estado do Pará S|A à ordem desta Sociedade Anônima, Cr\$ 371.650.976,70.

Aqui cabe ressaltar que as quotas do Imposto Único, por se tratar de verbas com aplicação específica, tiveram aplicação imediata na subscrição de ações da Fôrça e Luz do Pará S|A, que, entre outras finalidades, dá como objeto da Sociedade, "participação na "Empresa Fôrça e Luz do Pará, S|A" mediante subscrição de ações ordinárias e preferenciais" (Letra "b" do art. 2.º dos Estatutos).

3) — Além dessa aplicação, compulsória, podemos dizer, a CELPA subscreveu mais Cr\$ 155.663.449,10 em ações da "Forluz", um total, portanto, de Cr\$ 297.108.533,30 em ações da concessionária dos serviços elétricos nesta Capital.

4) — Quanto aos depósitos feitos no Banco do Estado do Pará S|A citados no item 2 deste título, destinados à integralização de ações, à falta de indicação pelo Banco e pelos órgãos competentes da administração pública estadual sobre a quais acionistas correspondiam, face ao que prevêem os Estatutos Sociais no seu art. 1.º combinado com o que estabelece o art. 20. da Lei 2657, de 3 de setembro de 1962 que modificou o art. 11, da Lei 2023, de 31 de agosto de 1960 — foram tomados pela nossa Contabilidade como pertencentes ao próprio depositante, o Governo do Estado. Destarte, tendo subscrito seiscentas mil ações, falta esse acionista integralizar apenas 86.896.

5) — Da receita total, Cr\$ 513.480.016,10 foram aplicados neste exercício:

Cr\$ 15.671.381,70 em imobilizações diversas

Cr\$ 297.106.533,30 em subscrição ao capital da "Fôrça e Luz do Pará, S|A", (aqui incluídos os Cr\$ 141.443.084,20, provenientes do Imposto Único, i.e., da C.E.E.).

Cr\$ 17.916.594,00 em adiantamento a diversos, inclusive dez milhões para a CIVAT (Comissão interestadual dos Vales de Araguaia e Tocantins).

Cr\$ 62.240,00 em empréstimo a empregados da Empresa.

Cr\$ 722.530,90 em obras em andamento.

Cr\$ 30.979.829,10 em gastos da administração.

Cr\$ 151.020.907,10 acham-se disponíveis na Caixa e nos Bancos.

Cr\$ 513.680.016,10

E' o que registra a escrita da Empresa. E são, portanto, apreciáveis as disponibilidades da entidade, aguardando aplicação nos planos de obras elaborados e aprovados, destacando-se os estudos para a construção da linha de transmissão Belém-Castanha! e os da distribuição na cidade de Santarém, bem como dos serviços em municípios ainda não contemplados com dotações orçamentárias para esse fim, como previsto no Plano de Eletrificação do Estado. No exercício de 1964 a CELPA contribuirá com 240 milhões para aumento do capital da "Força e Luz do Pará S|A".

X — TRABALHOS FUTUROS

No decorrer de 1965 elaboraremos os seguintes estudos:

1) — Abastecimento das cidades de Oriximiná, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, por meio da implantação de uma usina hidroelétrica.

2) — Prosseguimento dos estudos de aproveitamento da Cachoeira de Itabóca.

3) — Estudo do aproveitamento dos rios da Zona Bragantina.

4) — Prosseguimento do Plano das Usinas Padronizadas.

5) — Execução do Plano Geral de Eletrificação do Estado, de responsabilidade da Comissão Estadual de Energia.

6) — Obtenção de concessões para distribuição de energia nos municípios.

7) — Organização de subsidiárias nas mais importantes zonas de influência econômica do Estado.

8) — Disciplinamento da técnica de instalação, manutenção e geração de energia elétrica.

9) — Instalação de processos racionais no setor administrativo das subsidiárias.

10) — Implantação de tarifas legais e adequadas a cada tipo de geração e distribuição de energia elétrica.

AGRADECIMENTOS

Cumprimos o agradável dever de apresentar nossos agradecimentos a S. Excia. o Sr. Dr. Aurélio Corrêa do Carmo, ilustre Governador do Estado, pelo cuidado com que vem conduzindo a política energética do Estado e, particularmente, pelas atenções que dispensa à nossa Empresa.

Prestigiando a "Centrais Elétricas do Pará S|A", o Governo do Estado procurou cumprir com superioridade o Plano de Eletrificação e aplicar, rigorosamente dentro da lei, o Fundo de Eletrificação em vigor. Assim, as quotas do Imposto Único, recebidas pela Comissão Estadual de Energia, órgão diretamente ligado a S. Excia., são automaticamente transformadas em ações da CELPA. E esta, por sua vez, canaliza os recursos para as suas subsidiárias. As parcelas provenientes do Estado, oriundas da taxa sobre Vendas e Consignações, também estão sendo fielmente recolhidas.

Por mais de uma vez V. Excia. tem escolhido a nossa sede para realização de importantes reuniões, sob sua presidência, caracterizando o aprêço que dispensa às nossas atividades.

Ao expressarmos a S. Excia. o nosso reconhecimento, numa atitude exclusiva de justiça, queremos declarar que confiamos plenamente na continuidade dos seus esforços junto aos altos poderes da República, aos nossos representantes no Parlamento Federal, à Assembléia Legislativa e aos Prefeitos do Interior, para que, numa união geral em bem da terra comum, nos empreguemos decididamente, para o estabelecimento da sadia política de desenvolvimento.

Belém, 31 de dezembro de 1963.

Cândido Marinho da Rocha
Diretor-Presidente

Eng. Waldemar Lins V. Chaves
Diretor-Técnico

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S. A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

— A T I V O —

2	IBOILIZADO			
20.7	INSTALAÇÕES EM GERAL			
20.7.2	Mobiliário e Equip. de Escrit.	5.894.068,00		
20.7.3	Equipamento de Transporte	7.612.663,70		
20.7.7	Equipamentos Diversos	524.000,00		
20.7.9.1	Outras Instalações	1.385.000,00	15.415.731,70	
28	OUTRAS PROPRIEDADES DIVERSAS			
28.0	Diversas.	175.650,00		
28.1	Embarcações	80.000,00	255.650,00	15.671.381,70
4	DISPONÍVEL			
40	CAIXA		1.942.134,50	
41	BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.		149.078.772,60	151.020.907,10
5	PENDENTE			
50.0	SUSPENSO			
50.0.5	Gastos do Exercício de 1963		30.979.829,10	
52	OBRAS E SERVIÇOS EM ANDAMENTO			
52.0	Obras em Andamento		722.530,90	31.702.360,00
6	REALIZÁVEL			
61	OBRIGAÇÕES E EMPRÉSTIMOS A RECEBER			
61.4	Adiantamentos a Empregados		62.240,00	
62	DEVEDORES DIVERSOS			
62.3	Outros Ativos Correntes		17.916.594,00	
66	CAPITAL A REALIZAR			
66.01	Govêrno do Estado do Pará	86.896.939,10		
66.02	Fôrça e Luz do Pará S.A.	50.000,00		
66.03	Leão Schulman	10.000,00		
66.04	Cândido Marinho da Rocha	10.000,00		
66.05	Octávio Augusto de Bastos Meira	10.000,00		
66.06	Hugo Augusto Barbosa Canélas	5.000,00		
66.07	Antônio Eugênio Pereira Lobo	5.000,00		
66.08	Luiz Carlos Nogueira de Freitas	5.000,00		
66.10	Contribuintes do Impôsto de Vendas e Consigna- ções	399.900.000,00	486.891.939,10	
67	OBRIGAÇÕES E EMPRÉSTIMOS A RECEBER			
67.2	Fôrça e Luz do Pará S.A.		297.106.533,30	801.977.306,40
				Cr\$ 1.000.371.955,20

— P A S S I V O —

1	INEXIGÍVEL			
10	CAPITAL			
10.2	AÇÕES SUBSCRITAS			
10.2.0	Ações Ordinárias		600.000.000,00	
10.2.1	Ações Preferenciais		400.000.000,00	1.000.000.000,00
3	EXIGÍVEL			
37	OUTROS CRÉDITOS CORRENTES			
37.0	Obrigações Sociais		242.313,20	
37.7	Empréstimo Compulsório — Empreg.		119.642,00	
37.9	Outros Créditos		10.000,00	371.955,20
				Cr\$ 1.000.371.955,20

Importa o presente Balanço em Hum Bilhão Trezentos e setenta e Hum Mil Novecentos e Cincoenta e Cinco cruzeiros e Vinte Centavos.

Belém, 31 de dezembro de 1963

"Centrais Elétricas do Pará S.A."

EDMUNDO MOURA
Contador CRC — 081

CÂNDIDO MARINHO DA ROCHA
Dir. Presidente
WALDEMAR LINS V. CHAVES
Dir. Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DOS GASTOS DA ADMINISTRAÇÃO EM 1963

———— D É B I T O ————

5	PENDENTE		
50.2	RATEIO-DIVERSOS		
50.2.2	Transporte		1.622.039,70
8	DESPESA		
80.70	Administração em Geral — Pessoal		
80.70.0	Honorários e Despesas de Viagens	6.005.795,80	
80.70.1	Ordenado a Ch. de Serv. e Funcion.	13.087.247,70	19.093.043,50
80.71	Administração em Geral — Mat. e Serv.		
80.71.0	Fornec. e Desp. do Escrit. Central	1.131.433,00	
80.71.2	Serviços Legais	546.000,00	
80.71.3	Conserv. de Propriedade em Geral	45.249,00	1.722.682,00
80.72	Administração em Geral — Diversos		
80.72.0	Aluguéis	1.871.785,80	
80.72.1	Seguros	101.216,10	
80.72.40	Previdência Social	799.139,90	
80.72.5	Outras Despesas Gerais	7.235.979,40	10.008.121,20
			<u>Cr\$ 32.445.886,40</u>

———— C R É D I T O ————

7	RECEITA		
71.0	Receita Estranha à Exploração Patrimonial		
71.0.6	Outras Receitas		1.466.057,30
	BALANÇO		
	Saldo Para 1964		30.979.829,10
			<u>Cr\$ 32.445.886,40</u>

Belém, 31 de dezembro de 1963.
 “Centrais Elétricas do Pará S.A.”

EDMUNDO MOURA
 Contador CRC — 081

CÂNDIDO MARINHO DA ROCHA
 Dir. Presidente
 WALDEMAR LINS V. CHAVES
 Dir. Financeiro
 (Ext. — Dia 25/4/64).

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na execução do que nos incumbe por lei, comparecemos à sede da “Centrais Elétricas do Pará S/A” (CELPA), aonde nos foram apresentados livros e documentos, e prestadas as informações solicitadas, podendo constatar que o Balanço apresentado pela digna Diretoria confere com a escrita, espelhando esse documento, e o Relatório que o acompanha, a real situação da entidade, pelo que somos de

parecer que devem ser aprovados os atos e as contas relativos ao exercício de 1963.

Belém, Pa. 25 de março de 1964.

(aa) Péricles Guedes de Oliveira
 Eng. Augusto Lobato Mendes
 Antônio Maximiano Barroso.

(Ext. — Dia 25/4/64)

COMPANHIA AMAZONAS

Senhores Acionistas:

Apresentamos a Vv. Ss., os documentos correspondentes à movimentação de nossos negócios no ano de 1963.

Esta Diretoria coloca-se à disposição dos interessados para quaisquer consultas ou esclarecimentos que desejarem ter com relação aos mesmos.

Aos nossos funcionários e a todos que conosco colaboraram no decorrer do exercício findo, os nossos sinceros agradecimentos.

Belém-Pará, 31 de dezembro de 1963.

(aa.) W. ANDERSEN, Diretor

SIDNEY M. S. BARROS, Diretor

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

———— A T I V O ————

Imobilizado

Maquinismo e Acessórios	78.769.201,70	
Embarcações	5.142.643,60	
Instalações	14.891.414,60	
Aparelhos e Ferramentas	1.221.187,90	
Móveis e Utensílios	2.490.663,40	
Instalações Radiofônicas	137.373,00	
Veículos	3.092.835,80	
Edificações	30.196.963,10	
Terrenos	1.750.563,20	137.692.846,30

Realizável a Curto Prazo

Contas a Receber	719.221,70
Promissórias a Receber	24.000,00
Estoques de madeiras	11.998.851,60

Contas Correntes	2.703.991,90	
Depósitos Especiais ..	6.000,00	
Almoxarifado ..	23.581.880,90	
Sidney Barros, c/Embarcações	3.273.696,70	
Banco do Estado do Pará S.A., c/ Ações ..	12.421.628,20	
Pagamentos Antecipados	136.500,00	55.165.771,00
Disponível		
Caixas e Bancos		7.196.494,90
Pendentes		
Prêmios de Seguros a Vencer	277.500,00	
Serviços em Andamento	12.916.324,50	13.193.824,50
Compensação		
Ações Depositadas p/Caução ..		150.000,00
		Cr\$ 213.398.936,70

P A S S I V O

Não Exigível		
Capital Social ..	64.000.000,00	
Reservas e Fundos	19.094.693,80	
Lucros Suspensos ..	14.696,30	83.109.390,10
Exigível a Curto Prazo		
Duplicatas a Pagar	4.298.321,00	
Contas a Pagar	25.664.751,90	
Obrigações a Pagar	7.018.500,00	
Adiantamentos p/Conta de Embarques ..	15.962.148,00	
Contas Correntes ..	14.422.275,60	
Promissórias a Pagar	20.426.466,40	87.792.462,90
Exigível a Longo Prazo		
Portco Corporation c/Financia- mento ..	14.521.677,90	
Robin McGlohn, c/Financia- mento ..	7.035.265,00	
Banco Francês e Brasileiro S.A. c/Emp. Financiamento p/Exp.	20.790.140,80	42.347.083,70
Compensação		
Caução da Diretoria		150.000,00
		Cr\$ 213.398.936,70

Belém-Pará, 31 de dezembro de 1963.

"Companhia Amazonas"

(aa.) W. ANDERSEN, Diretor

SIDNEY M. S. BARROS, Diretor

MARIA DE NAZARÉ FERREIRA VIEIRA,

Téc. em Contabilidade CRC Pa. 952.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM
31 DE DEZEMBRO DE 1963

D É B I T O

a DESPESAS GERAIS		
Honorários, ordenados, impostos e taxas federais, estaduais e municipais, despesas bancárias, Juros, Depreciações e Lucros e Perdas ..	48.736.740,20	
a RESERVAS		
Provisões e Fundos	1.116.686,10	
Lucros Suspensos ..	14.696,30	1.131.382,40
		Cr\$ 49.868.122,60

C R É D I T O

RESULTADO DO EXERCÍCIO COMER- CIAL	
Lucro apurado na Conta Produtos Ma- nipulados ..	45.722.297,80
de CONTAS DE RECEITA	
Fecho desta Conta	4.145.824,80
	Cr\$ 49.868.122,60

Belém-Pará, 31 de dezembro de 1963.

"Companhia Amazonas"

(aa.) W. ANDERSEN, Diretor.

SIDNEY M. S. BARROS, Diretor

MARIA DE NAZARÉ FERREIRA VIEIRA,

Téc. em Contabilidade CRC Pa. 952.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

No desempenho do dispositivo legal, comunicamo-lhes que examinamos o Relatório da Diretoria, o Balanço, a Demonstração da Conta Lucros e Perdas e demais documentos referentes ao exercício compreendido entre 1o. de janeiro a 31 de dezembro de 1963, tendo encontrado tudo em perfeita ordem, atualizado e a sua contabilização legalmente escriturada, pelo que opinamos pela aprovação dos citados documentos.

Belém, 31 de dezembro de 1963.

(aa.) DAVID DE ARRUDA CAMARA

JAGUANHARA GOMES DE OLIVEIRA

JOÃO DE CARVALHO E SILVA

(Ext. — Dia 25-4-64).

CARVALHO LEITE, MEDICAMENTOS, S. A.**Relatório da Diretoria, Demonstração do Balanço
Geral, Lucros e Perdas e Parecer do Conselho
Fiscal a serem apresentados à Assembléia Geral
Ordinária.**

Senhores Acionistas:

Em obediência às disposições da Lei das Sociedades Anônimas, Decreto-Lei 2627 de 26 de Setembro de 1946, tendo sido já feitas às publicações determinadas pelo artigo 99 daquele decreto e ainda em determinações aos nossos Estatutos, vimos prestar-vos conta do nosso programa de trabalho no decorrer do exercício que vem de findar, espelhada no Balanço Geral e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, tudo comprovado com a respectiva documentação que permanece ao vosso inteiro dispor em nosso escritório.

Verifica-se um lucro líquido de Cr\$ 4.375.094,60 que foi distribuído da seguinte ordem:

Dividendos a Pagar	3.150.000,00
Fundo de Reserva Legal ...	218.754,20
Fundo Especial de Lucro a Distribuir ..	481.329,10
Gratificação a Diretoria ...	525.011,30

Os valores aqui distribuídos poderão facilmente ser examinados e conferidos no Balanço e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas.

Aos senhores membros do Conselho Fiscal, por sua cordial assistência e colaboração em todas as resoluções e iniciativas desta Diretoria, reportamos a nossa gratidão.

Penhoradamente agradecemos aos nossos freqüentes, que nos distinguiram com as suas preferências. Esperando a aprovação de todos os atos de nossa gestão, permanecemos ao dispôr dos senhores

acionistas para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Belém, 22 de abril de 1964.

(aa) Paulo de Queiroz Bragança — Vice-Presidente
Mário Fernandes de Medeiros — Diretor
Célio Nazarethno Valente de Athayde — Diretor.

—ooo0oo—

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

— A T I V O —

IMOBILIZADO		
Marcas, Indústrias e Preparados	85.140,00	
Depósitos Diversos	775,00	
Móveis e Utensílios	705.762,50	791.677,50
DISPONÍVEL		
Caixa e Bancos		800.341,70
REALIZAVEL		
Empréstimos Compulsórios	148.854,20	
Empréstimo de Emergência	97.600,00	
Centrais Elétricas do Pará	1.820.743,20	
Mercadorias	16.921.242,40	
Produtos Manufaturados	9.510.481,80	
Duplicatas a Receber	12.736.521,60	
Contas a Receber	2.217.277,00	
Bancos C/Cobrança	619.190,00	
Lei 4216	288.000,00	44.359.910,20
COMPENSAÇÃO		
Ações Caucionadas		300.000,00
		Cr\$ 46.251.929,40

— P A S S I V O —

NÃO EXIGÍVEL		
Capital	10.500.000,00	
Fundo de Reserva Legal	1.362.388,80	
Fundo para Depreciações	90.665,30	
Fundo Especial — Lucro a Distribuir	560.383,20	
Fundo para Créditos Duvidosos	747.789,80	13.261.227,10
EXIGÍVEL		
Duplicatas a Pagar	14.728.449,30	
Contas a Pagar	5.508.265,10	
Contas Correntes	6.468.976,60	
Gratificações a Pagar	2.310.000,00	
Dividendos	3.150.000,00	
Gratificação à Diretoria	525.011,30	32.690.702,30
COMPENSAÇÃO		
Caução da Diretoria		300.000,00
		Cr\$ 46.251.929,40

Belém, 31 de Dezembro de 1963.

(aa) Paulo de Queiroz Bragança — Vice-Presidente
Mário Fernandes de Medeiros — Diretor
Célio Nazarethno Valente de Athayde — Diretor.

(a) Areolino Batista — TC-DEC-104.794-CRC — 0674.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

— C R É D I T O —

Reversão do Fundo de Reserva para Crédito Duvidosos	285.464,70	
Lucro em Mercadorias, Produtos Manufaturados, Juros e Descontos, Gastos Reembolsados	52.373.442,30	
		Cr\$ 52.658.907,00

— D É B I T O —

Fundo para Reserva Legal	218.754,20	
Especial de Lucros a Distribuir	481.329,10	
Para Créditos Duvidosos	747.789,80	1.447.873,10

DESPESAS GERAIS

Ordenados, Honorários da Diretorias, Férias, Impostos e Taxas, Juros e Descontos, 13.º Salário, Comissões Dispendidas, Frações e Abatimentos, Salários, Despesas Administrativas, Imposto de Consumo, Gratificações a Pagar	46.153.075,00	
Institutos de Previdência Social	1.382.947,60	
Gratificações da Diretoria	525.011,30	
Dividendos	3.150.000,00	

Cr\$ 52.658.907,00

Belém, 31 de Dezembro de 1963.

(aa) Paulo de Queiroz Bragança — Vice-Presidente
Mário Fernandes de Medeiros — Diretor
Célio Nazarethno Valente de Athayde — Diretor.

(a) Areolino Batista — TC-DEC-104.794-CRC — 0674.

—ooo0oo—

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos dois dias de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, na sede social, reuniu-se o Conselho Fiscal, de "Carvalho Leite, Medicamentos, S.A.", para se pronunciarem sobre o relatório da Diretoria, Balanço e Contas de Lucros e Perdas, tudo referente ao exercício de mil novecentos e sessenta e três. O Conselho Fiscal, após ao exame dos papeis e documentos referidos, é de parecer que os mesmos se acham em condições de ser aprovados pela Assembleia Geral dos Senhores Acionistas. Em determinação do que foi lavrada a presente ata, foi por todos assinada.

Belém, 5 de abril de 1964.

(aa) Luiz Martins Varella
Anibal Madeira Mendes
Maximino Lima Modesto Filho.

(Ext. — Dia 25-4-64).

PORTUENSE, FERRAGENS S.A.
**Relatório da Diretoria a ser apresentado à Assem-
 bléia Geral de 30 de abril de 1964.**

Senhores Acionistas :

Em obediência aos dispositivos da Lei das Sociedades Anônimas e de nossos Estatutos, vimos submeter a vossa apreciação o Relatório de nossas atividades, acompanhado do respectivo Balanço e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, no encerrado exercício de 1963.

Podereis verificar através de nosso Balanço, os resultados auspiciosos do exercício, que atribuímos ao aumento constante dos negócios sociais, mercê da confiança alicerçada com que somos distinguidos pelos nossos clientes e o público em geral.

Como se verifica pela demonstração da conta de Lucros e Perdas, acreditamos ao Fundo de Previsão, para garantia de eventuais prejuízos, a quantia de Cr\$ 15.000.000,00 e a de Cr\$ 42.901.112,00 aos demais Fundos de Reserva, ficando um saldo de Cr\$ 19.200.000,00, que esta Diretoria coloca à disposição da Assembléia Geral.

Merece destaque nossa contribuição ao Poder Público, cujos impostos recolhidos aos cofres do Governo da União, Estado e Município, atingiram o valor de Cr\$ 62.158.007,20, havendo a considerar o depósito no Banco de Crédito da Amazônia S. A., para investimentos de que trata o Decreto n. 52.149 de 25.6.1963, na importância de Cr\$ 5.583.085,50.

Aos nossos empregados, destacamos a verba Cr\$ 8.500.000,00, que lhes será distribuída como gratificação, não ajustada. Na parte de obrigações sociais, também se destaca nossa contribuição aos Institutos de Previdência, que atingiu a soma de Cr\$ 3.028.117,80 e em favor de todos os nossos servidores, mantemos além do Seguro de Acidentes de Trabalho, mais os de Acidente Pessoal e Seguro de Vida em Grupo.

Terminando este breve relatório, damos graças a Deus pela orientação de nossos atos, cujo sentido é dar o máximo de nossos esforços pelo progresso desta Sociedade.

Consignamos aqui os mais sinceros agradecimentos aos senhores membros do Conselho Fiscal pela colaboração prestada a esta Diretoria; aos nossos clientes, às Repartições Federais, Estaduais e Municipais, pelo favor de sua preferência, nossa gratidão e aos nossos empregados que com dedicação e entusiasmo desempenharam suas tarefas para a obtenção dos resultados apontados, o nosso reconhecimento.

Para os esclarecimentos suplementares que, porventura, julgardes necessários, colocamo-nos à vossa disposição.

—ooo0oo—
BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

A T I V O	
IMOBILIZADO	
Bens :	
Imóveis	13.435.559,60
Reavaliação	9.600.000,00
	<u>23.035.559,60</u>
Imóveis em Aquisição	649.827,00
Maquinismos	3.023.753,40
Móveis e utensílios	1.778.081,90
Veículos	2.860.823,00
	<u>31.348.044,90</u>
DISPONÍVEL	
Caixa (Em cofre e Bancos)	19.652.044,60

REALIZÁVEL	
Mercadorias	149.330.494,10
Efeitos a Receber	152.318.743,30
Pagamentos Antecipados	4.089.555,30
Depósitos para Importação	1.190.700,00
Contas Correntes	4.965.449,40
	<u>311.894.942,10</u>
VINCULADO	
Ações de Compras	281.000,00
Títulos do Resarcimento Econômico	157.000,00
Empréstimo Compulsório — Lei 1474/51	6.159.540,50
Empréstimo Público de Emergência — Lei 4069/62	224.576,10
Centrais Elétricas do Pará	3.910.122,50
Depósitos para Investimentos	9.126.705,50
	<u>19.858.944,60</u>
Total do Ativo	<u>382.753.976,20</u>
COMPENSADO	
Títulos em Caução	4.300.000,00
Seguros em Vigor	213.000.000,00
Títulos Descontados	179.840,00
	<u>217.479.840,00</u>
	<u>Cr\$ 600.233.816,20</u>

— P A S S I V O —

NÃO EXIGÍVEL	
Capital	160.000.000,00
Reserva Legal	14.410.024,30
Reservas Estatutárias	66.232.206,10
Previsão	15.000.000,00
Fundo para Depreciação	2.224.982,50
	<u>257.867.212,90</u>
EXIGÍVEL	
Efeitos a Pagar	63.813.149,00
Contas Correntes	33.013.424,30
Gratificação aos Empregados	8.500.000,00
Dividendos — não reclamados	360.190,00
Lucro suspenso à disposição da Assembléia Geral	19.200.000,00
	<u>124.886.763,30</u>
Total do Passivo	<u>382.753.976,20</u>
COMPENSADO	
Valores caucionados	4.300.000,00
Valores segurados	213.000.000,00
Descontos	179.840,00
	<u>217.479.840,00</u>
	<u>Cr\$ 600.233.816,20</u>

—ooo0oo—
**DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963**

C R É D I T O	
LUCRO verificado nas diversas contas	177.412.312,30
FUNDO DE PREVISÃO — Retorno do saldo d/conta	5.706.850,00
	<u>183.119.162,30</u>

— D É B I T O —

GASTOS DO EXERCÍCIO :	
Despesas Gerais, Ordenados, Honorários, Porcentagem da Diretoria, Institutos de Previdência, Juros e Descontos, Impostos e outros gastos	96.302.904,50
Gratificação aos empregados	8.500.000,00
Abatimentos e depreciações	1.215.145,80

Fundos de Reserva:

Previsão	15.000.000,00
Legal	3.741.030,89
P/Consolidação do Ativo	39.160.081,20
SALDO à disposição da Assembléa Geral ...	19.200.000,00

Cr\$ 183.119.162,30

Belém, 31 de Dezembro de 1963.

(aa) EXPEDITO LOBATO FERNANDEZ — Presidente.
LUIZ PINTO PEREIRA — Diretor.
JAYME MAYRINCK DE ANDRADE — Contador
CRC — 030.

—ooo0oo—

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal de "Portuense, Ferragens S. A.", abaixo assinados, havendo examinado os livros fiscais e contábeis da referida Sociedade, bem como as contas e demais documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1963, declaram ter encontrado tudo em perfeita ordem, motivo por que aprovam plenamente as contas e atos da Diretoria e com parecer favorável submetem à aprovação da digna Assembléa Geral, o seu Relatório, Balanço e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, do referido exercício, documentos êsses que representam fiel e exatamente a situação dos negócios sociais.

Belém, 31 de março de 1964.

(aa) Dr. José Carvalho da Cruz
Mário Fernandes Carreira
Heitor da Silva Nunes.

(Ext. — Dia 25-4-64).

**MERCEEIROS UNIDOS DO PARÁ, S. A.
REP. IND. E COMÉRCIO**

Relatório da Diretoria, referente ao exercício de 1963

Senhores Acionistas:

Em obediência aos ditames estatutários e legais, temos a satisfação de submeter à alta consideração e deliberação de Vv. Ss., o nosso Relatório e Contas, correspondente ao exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 1963.

Ficamos, outrossim, à disposição dos senhores acionistas, para quaisquer outros esclarecimentos, que se tornarem necessários.

Belém (Pa), 31 de dezembro de 1963.

Pela Diretoria:

AFRANIO VIEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

Ativo

A — Imobilizado		
Móveis e Utensílios	176.075,00	
Instalações	17.019,90	
Veículos	1.067.042,00	1.260.136,90
Disponível		
Caixa	322.569,80	
Banco Francês e Brasileiro, C/ Correntes	5.115,20	327.685,00
Realizável		
Mercadorias	15.828.213,00	
Centrais Elétricas do Pará, S. A.	528.867,60	
Empréstimos Compulsórios ...	57.300,00	
Acionistas, C/ Capital a Rea- lizar	2.778.948,00	18.193.328,60

Compensação

Ações Cauçionadas	100.000,00	
Contratos de Seguros	2.000.000,00	2.100.000,00
		Cr\$ 21.881.150,50

Passivo

Não Exigível		
Capital	10.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal ...	139.626,60	
Fundo para Depreciação	299.683,00	10.439.309,60
Exigível		
Duplicatas a Pagar	3.497.087,20	
Promissórias a Pagar	2.015.000,00	
Contas a Pagar	792.218,50	
Contas Correntes	560.000,00	6.864.305,70
Resultados Pendentes		
Lucros Suspensos		2.477.535,20
Compensação		
Caução da Diretoria		100.000,00
Valores Segurados		2.000.000,00
		Cr\$ 21.881.150,50

**DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS,
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963**

D E B I T O

Gastos do Exercício	
Despesas com Aluguéis, Ordenados, Honorá- rios, Institutos de Previdência, etc.	8.998.149,20
Provisões	
Para Depreciações	124.311,70
Reservas	
Fundo de Reserva Legal	51.941,00
Lucros Suspensos, à Disposição da Assem- bléa Geral	986.879,30
	Cr\$ 10.161.281,20

C R Ê D I T O

Apuração de Resultados	
Mercadorias	10.047.728,20
Frações e Abatimentos	102.000,00
Indenizações e Avarias	11.553,00
	Cr\$ 10.161.281,20

Belém (Pa), 31 de dezembro de 1963.

Pela Diretoria:

AFRANIO VIEIRA DA COSTA
Diretor Presidente
José da Rocha Gené
Tec. em Contabilidade
C.R.C. — Pa. 0710

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Tendo examinado as contas apresentadas pela Diretoria, referente ao exercício social de 1963, somos de parecer que, as mesmas obedecem as prescrições legais, opinando dar a vossa aprovação integral.

Belém (Pa), 25 de março de 1963.

aa) ANTONIO LAVRADOR MENDES ALVES
ARMANDO DA LUZ MAIA
ORLANDO PINTO DE MORAIS

(Ext. — Dia 25-4-64).

MARQUES PINTO, EXPORTAÇÃO S. A.**Relatório da Diretoria**

Senhores Acionistas:

Cumprindo dispositivos estatutários e legais, é com a máxima satisfação que apresentamos o presente Relatório referente às nossas atividades no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1963, fazendo-o acompanhar do Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, que espelham o acerto da administração no referido exercício.

Continuando no ritmo ascendente, as nossas atividades lograram bom êxito no exercício aqui relatado, pois como constatais, depois de atendidas as Reservas estatutárias e Lucros em Suspensão ainda nos foi possível distribuir um dividendo de 25% sobre o capital o que representa um resultado bastante compensador.

Esperando ter levado a bom termo a nossa missão no exercício em causa, colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para os esclarecimentos que forem julgados necessários.

Santarém, 23 de abril de 1964.

aa) **Sampson Wallace** — Diretor Presidente
Osman Bentes de Souza — Vice-Diretor
João Vieira Cardoso — Vice-Diretor
Bivar Serrano — Vice-Diretor
Milton Wallace — Vice-Diretor

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963**Exercício de 1964****A T I V O****Imobilizado**

Imóveis — Armazéns Prima- vera	3.628.561,50	
Imóveis — Usina de Cereais	820.012,50	
Imóveis — Usina de Juta ..	1.926.246,30	
Imóveis ..	1.466.172,90	
Imóveis — Usina de Arroz..	43.312,00	
Fábrica de Cordas, C/ Ins- talação ..	41.122,20	
Usina de Cereais, C/ Insta- lação ..	409.005,90	
Usina de Juta, C/ Instala- ção ..	1.133.452,70	
Móveis e Utensílios	339.661,60	
Embarcações ..	3.892.071,60	
Viaturas ..	1.218.793,40	
Reavaliação da Usina de Ce- reais ..	295.000,00	
Reavaliação da Usina de Juta ..	435.000,00	
Reavaliação de Embarcações	2.170.000,00	
Reavaliação de Viaturas	100.000,00	
Fundo da Lei n. 1474/51 ...	746.262,40	
Fundo da Lei n. 2973/56 ...	336.100,00	
Barco Motor "Braz Rebelo", em Construção	4.413.838,70	
Empréstimo Público de Emer- gência ..	312.000,00	
Máquinas e Acessórios — Filial ..	296.959,40	
Pontão "Cecy" — Filial	1.206.757,10	
Porto Itaquara — Filial	7.000,00	
Móveis e Utensílios — Filial	1.234.231,20	26.471.561,40

Realizável

Contas Correntes	16.330.509,00
Duplicatas a Receber	20.000.000,00

Ações de Companhia	693.591,10	
Gêneros ..	15.078.703,60	
Letras de Câmbio a Receber	5.000.000,00	
Mercadorias Gerais	29.494.642,80	
Títulos de Capitalização	35.053,20	
Combustíveis ..	645.890,00	
Contas Correntes — Direto- res e Acionistas	414.485,10	
Depósitos de Garantias — Filial ..	40.989,00	
Contas Correntes — Direto- res e Acionistas — Filial..	4.255,00	
Promissórias a Receber — Filial ..	2.600.000,00	
Madeiras — Filial	1.707.600,00	
Promessa de Compra e Ven- da de Imóveis — Filial ..	172.125,00	92.217.843,80

Disponível

Banco do Brasil S. A. — C/ Dep. Especiais	280.860,00	
Banco do Brasil S. A. — C/ Dep. Sobre Limite	36.658,30	
Banco de Crédito da Amazô- nia S. A. — C/ Depósito.	25.559,20	
Banco de Crédito da Amazô- nia S. A. — C/ Dep. sem Juros ..	9,40	
Banco Francês e Brasileiro S. A. — C/ Dep. Sem Li- mite ..	20.077,20	
Banco Nacional do Norte S. A. — C/ Movimento	2.167.895,50	
C a i x a	1.569.822,20	
Banco Comércio e Indústria da América do Sul S. A. — Filial	2.000.000,00	
Banco do Brasil S. A. — C/ Dep. Sem Limite — Filial	106.300,20	
Banco Nacional de Minas Ge- rais S. A. — C/ Dep. Sem Limite — Filial	12.900,80	
Banco Francês e Brasileiro S. A. — C/ Emp. em C/C — Filial	19.958,10	
Banco Comércio e Ind. de Minas Gerais S. A. — Fi- lial ..	11.536,90	
Banco Ultramarino Brasilei- ro S. A. — C/ Movimen- to — Filial	20,80	
Banco Francês e Brasileiro S. A. — C/ Dep. Sem Li- mite — Filial	51.447,90	
Banco Moreira Gomes S. A. — C/ Emp. em C/ Corren- te — Filial	21.887,30	
Banco Nacional do Norte S. A. — Filial	2.551.222,60	
Caixa — Filial	916.482,70	9.792.639,10

Compensado

Ações Cauionadas	400.000,00	
Endossos e Avals	8.640.000,00	
Banco Moreira Gomes S. A. — C/ Caução — Filial ..	1.000.000,00	10.040.000,00

TOTAL DO ATIVO Cr\$ **138.522.044,30**

P A S S I V O

Não Exigível		
Capital ..	30.000.000,00	
Fundo de Amortização	16.982,60	
Fundo de Reserva Especial..	637.222,50	
Fundo de Reserva Legal	605.267,50	
Fundo para Depreciações ..	2.620.762,00	
Lucros em Suspensão	402.926,50	
Reserva para Créditos Duvidosos ..	300.000,00	34.583.161,10
<hr/>		
Exigível		
Dividendos a Distribuir	7.500.000,00	
Contas Correntes	25.655.488,90	
Contas Correntes — Diretores e Acionistas	4.440.420,80	
Banco de Crédito da Amazônia S. A. — C/ Emp. em Contas Correntes	26.854.031,20	
Frete a Pagar	13.094.821,90	
Contas a Pagar	100.000,00	
Duplicatas a Pagar	2.552.591,50	
Gratificações a Pagar	2.025.000,00	
Promissórias a Pagar	450.000,00	
Banco do Brasil S. A. — C/ Comissão ..	3.374.000,00	
Gratificação à Diretoria	1.117.542,50	
Contas Correntes — Filial..	2.610.851,60	
Taxa de Previdência a Pagar — Filial	1.709.435,80	
Títulos Descontados — Filial Previdência Social a Pagar — Filial	2.000.000,00	
	31.440,00	
Serraria Esperança Ltda. — Filial ..	383.259,00	93.898.883,20
<hr/>		
Compensado		
Caução da Diretoria	400.000,00	
Títulos de Terceiros	8.640.000,00	
Endossos em Caução	1.000.000,00	10.040.000,00
<hr/>		
TOTAL DO PASSIVO	Cr\$ 138.522.044,30	

aa) SAMPSON WALLACE — Diretor Presidente
 OSMAN BENTES DE SOUZA — Vice-Diretor
 JOÃO VIEIRA CARDOSO — Vice-Diretor
 BIVAR SERRANO — Vice-Diretor
 MILTON WALLACE — Vice-Diretor

Dorival M. Belucio
 Guarda Livros — Reg. n. 45703
 C. R. Contabilidade — Pa. n. 067

**DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS
 ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963**

Exercício de 1964
D É B I T O

Comissões Passivas	7.609.221,00
Despesas Bancárias	1.154.773,00
Despesas Gerais	15.037.183,50
Embarcações, C/ Movimento	1.289.921,20
Juros e Descontos Passivos	11.737.103,00
Previdência Social	2.060.667,60
Viaturas C/ Movimento	16.908,50
Despesas Gerais — Filial	2.191.017,50
Embarcações, C/ Movimento — Filial	10.289.789,50
Previdência Social — Filial	165.600,00
Fundo de Reserva Legal	558.271,30
Fundo de Reserva Especial	558.271,30
Fundo para Depreciações	1.117.542,50
Gratificação à Diretoria	1.117.542,50

Dividendo a Distribuir	7.500.000,00
Lucros em Suspensão	323.797,40
<hr/>	
TOTAL DO DÉBITO	Cr\$ 62.727.609,80

C R É D I T O

Gêneros ..	43.054.399,50
Mercadorias Gerais	4.171.787,90
Combustíveis ..	843.183,70
Comissões Ativas	344.412,90
Dividendos Ativos	30.468,00
Juros e Descontos Ativos	178.424,70
Usina de Cereais, C/ Movimento	393.591,00
Usina de Juta, C/ Movimento	618.261,00
Laudos de Vistoria	111.342,50
Lucros Diversos	37.027,20
Juros e Descontos — Filial	38.745,00
Bonificações — Filial	860.958,90
Abatimentos — Filial	9.880,00
Madeiras — Filial	12.035.127,50
<hr/>	
TOTAL DO CRÉDITO	Cr\$ 62.727.609,80

aa) SAMPSON WALLACE — Diretor Presidente
 OSMAN BENTES DE SOUZA — Vice-Diretor
 JOÃO VIEIRA CARDOSO — Vice-Diretor
 BIVAR SERRANO — Vice-Diretor
 MILTON WALLACE — Vice-Diretor

Dorival M. Belucio
 Guarda Livros — Reg. n. 45703
 C. R. Contabilidade — Pa. n. 067

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de Marques Pinto, Exportação S. A., tendo examinado minuciosamente e detidamente, todos os livros contábeis e respectiva documentação, encontramos na mais perfeita ordem.

Através do estudo feito do Balanço Geral e Conta de Lucros e Perdas, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1963, constatamos um ótimo incremento nos negócios o que proporcionou a distribuição de um dividendo de 25%.

Nosso parecer é que os senhores acionistas deverão aprovar sem restrições, as contas apresentadas.

Santarém, 21 de abril de 1963.

aa) Manoel de Jesus Moraes — Relator
 Agnelo Gomes Loureiro da Silva — Membro
 Vicente Del Quereia Miléo — Membro
 (Ext. — 25-4-64)

**CONSTRUTORA PAVINORTE, S.A.
 RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Senhores Acionistas:

Em cumprimento à Lei, temos a satisfação de apresentar e submeter à Vossa apreciação, o Relatório de nossas atividades, referente ao exercício encerrado em 31 de Outubro de 1963, acompanhado da Conta Lucros e Perdas e Balanço Geral, já com o parecer do respeitável Conselho Fiscal.

Dentro de um plano de trabalho cuidadosamente elaborado, cujos resultados bem demonstram o nível de desenvolvimento que atingimos, sentimos orgulhosos em destacar, além da orientação do Conselho Fiscal, a colaboração de nossos auxiliares e o incondicional e integral apoio de nossos acionistas, fortalecendo, assim, nosso trabalho administrativo.

Belém, 18 de março de 1964.

(aa) Hermógenes Urdininea Condurú
Manoel Ibiapina Araújo Cavaleiro de Macêdo
Rodolpho de Nova FriburgoBALANÇO GERAL EM 31 DE OUTUBRO DE 1963
— A T I V O —

DISPONIVEL

Caixa e Bancos 12.478.370,60

IMOBILIZADO

Equipamentos 5.679.344,40
Móveis e Utensílios 229.696,00
Veículos 38.851.540,80
Ferramentas e Utensílios Di-
versos 1.377.519,20 46.138.100,40

REALIZAVEL

Cauções 26.363.050,20
Escritório de Manaus 45.000.000,00
Taxa Adicional, Lei 2973 157.500,00
Depósitos para Investimentos 2.276.223,00
Empréstimos Compulsórios ... 1.093.100,90
Depósitos em Garantia 52.000,00
Banco do Brasil, S.A C/ Depó-
sitos Esp. Câmbio 190.901,70 75.132.775,80

RESULTADOS PENDENTES

Obras em Execução 65.913.956,10

COMPENSAÇÃO

Obras a Realizar 150.000.000,00
Ações Caucionadas 60.000,00 150.060.000,00

Cr\$ 349.723.202,90

— P A S S I V O —

NÃO EXIGÍVEL

Capital 25.500.000,00
Depreciações 15.384.579,60
Fundo de Reserva Legal 5.368.207,30
Fundo para Aquisição de Maq. 19.964.082,30
Fundo para Aumento de Capital 22.960.101,50 89.176.970,70

EXIGÍVEL

Gratificações a Pagar 600.000,00
Duplicatas a Pagar 1.629.085,80
Obrigações a Pagar 1.420.000,00
Promissórias a Pagar 3.500.000,00
Dividendos a Pagar 5.100.000,00 12.249.055,80

RESULTADOS PENDENTES

Valores Compromissados 98.237.146,40

COMPENSAÇÃO

Compromissos de Obras 150.000.000,00
Cauções da Diretoria 60.000,00 150.060.000,00

Cr\$ 349.723.202,90

Belém, 12 de abril de 1964.

(a) Heitor da Silva Nunes — C. R. C. Pa. 0312

(aa) Hermógenes Urdininea Condurú
Manoel Ibiapina Araújo Cavaleiro de Macêdo
Rodolpho de Nova FriburgoDEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"
EM 31 DE OUTUBRO DE 1963

Contratantes de Construções — Manaus	DÉBITO	CRÉDITO
Saldo Credor desta Conta	284.659.466,10	

Previdência Social		
Saldo desta Conta	1.508.727,00	
Carência		
Idem	4.174.148,40	
Despesas Gerais		
Idem	23.575.671,20	
Comissões		
Idem	2.548.300,00	
Fretes Despachos e Transportes		
Idem	1.255.358,00	
Veículos C/ Custeio		
Idem ..	75.869.135,10	
Construções — Manaus		
Idem	115.846.558,80	
Juros e Descontos		
Idem	724.249,10	
Conservação de Máquinas e Equipamentos		
Idem	186.427,60	
Depreciações		
10% S/ 229.696,00 — Móveis e Utensílios ..	22.969,60	
20% S/ 38.851.540,80 — Veí- culos ..	7.770.030,80	7.793.000,40
Fundo de Reserva		
10% S/ 31.177.890,50 — Lucro Verificado ..	3.117.789,00	
DIVIDENDOS A PAGAR		
20% S/ o Capital	5.100.000,00	
Fundo p/ Aumento do Capital	22.960.101,50	
	Cr\$ 264.659.466,10	Cr\$ 264.659.466,10

Belém, 12 de abril de 1964.

(a) Heitor da Silva Nunes — C.R.C. Pa. 0312

(aa) Hermógenes Urdininea Condurú
Manoel Ibiapina Araújo Cavaleiro de Macêdo
Rodolpho de Nova Friburgo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício de nossas atribuições examinamos o Balanço e a Conta Lucros e Perdas da "Construtora Pavinorte, S.A", referente ao exercício encerrado em 31 de outubro de 1963, concluímos estarem corretos e em perfeita ordem.

Nosso parecer para que sejam aprovadas as referidas Contas pelos Senhores Acionistas, na reunião da Assembléia Geral Ordinária dessa Sociedade.

Belém, 18 de março de 1964.

(aa) Silvino Pinto Guimarães
José Carlos Monteiro Raimundo
José Rabello de Lima

(Ext. — 25-4-64)

CASA DE SAÚDE SANTA MONICA S. A.

Senhores Acionistas:

Cumprindo dispositivos legais e estatutários, vimos apresentar o Relatório, Balanço, a Conta de Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1963.

Com referência à parte financeira, o nosso saldo em caixa e Bancos, atinge a Cr\$ 5.359.435,30, conforme consta do Balanço ora em apresentação. A nossa receita, durante o ano de 1963, está representada pela cifra de Cr\$ 11.320.000,00, referente às parcelas recebidas das ações subscritas e 10% do aumento do capital de Cr\$ 40.000.000,00 para Cr\$

80.000.000,00. A despesa está representada pela soma de Cr\$ 7.273.108,70, relativa ao pagamento de funcionários, operários, material de construção, engenheiro, inclusive despesas com cobranças das prestações das ações subscritas.

Na parte que se refere à construção, já foi despendida, até o momento, a importância de Cr\$ 26.523.806,20, inclusive pagamento de arquiteto.

Queremos ressaltar as dificuldades que temos atravessado, entre as quais, a que diz respeito ao aumento salarial, bem como do aumento do material de construção. Este, então, teve sua elevação em quase dez vezes mais do que do ano passado. Mesmo assim, acha-se em estoque material que dará para construção do segundo andar a ser iniciado tão logo suspenda a época invernal. Outro fator que não poderíamos deixar de ressaltar, é que tange o setor de cobrança dos acionistas, pois nessa rubrica temos um atraso de Cr\$ 3.890.000,00, a despeito dos insistentes apelos que têm sido feitos pela Diretoria, sem, contudo, ter tido êxito. Forçados por estas circunstâncias, vimo-nos obrigados a recorrer a empréstimos Bancários, para não ver diminuído o ritmo de construção.

Conforme tivemos oportunidade de falar em nosso Relatório passado, a Diretoria procurou a Valoração da Amazônia (SPVEA), com o propósito de obter junto à mesma um empréstimo de Cr\$ 30.000.000,00. Para esse fim fizemos apresentar um estudo, tanto na parte referente ao projeto de execução da obra, bem como um relatório das possibilidades econômicas da futura Casa de Saúde. Entretanto, muito embora tivesse essa verba sido aprovada pela Comissão de Planejamento, até o presente momento não nos foi possível receber.

Belém, de abril de 1964.

Paulo Motta de Castro — Presidente

Carlos A. S. Costa — Diretor

Ruy M. Coral — Diretor

João G. M. Vianna — Diretor

Antonio J. Brito — Diretor

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

Ativo

Disponível		
Caixa ..	1.258.961,00	
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A.	40.018,00	
Banco Mercantil de Minas Gerais S. A.	32.000,00	
Banco Comércio e Indústria da América do Sul — C/ Depósitos Especiais	4.000.000,00	
Banco Comércio e Indústria da América do Sul S. A.	10.646,00	
Banco Moreira Gomes S. A. ..	12.813,30	
Banco Moreira Gomes S. A. C/ Cobrança	4.997,00	5.359.435,30
Imobilizados		
Promessa de compra e venda — terreno	5.150.000,00	
Casa de Saúde Santa Mônica — Em Construção	26.523.806,20	
Móveis e Utensílios	105.700,00	31.779.506,20
Realizável — A Curto e Longo Prazo		
Acionistas ..		39.920.000,00

De Compensação		
Ações Caucionadas	1.000.000,00	
Ações em Cobrança	295.000,00	1.295.000,00

Prejuízos a Ressarcir		
Lucros e Perdas ..		2.941.058,50
		Cr\$ 81.295.000,00

Passivo

De Compensação		
Depósitos da Diretoria	1.000.000,00	
Cobranças de Ações	295.000,00	1.295.000,00

Não Exigível		
Capital ..		80.000.000,00
		Cr\$ 81.295.000,00

Belém, 31 de dezembro de 1963.

PAULO MOTA DE CASTRO, Presidente

CARLOS AUGUSTO DA SILVA COSTA, Diretor

JOÃO GARIBALDI MARTINS VIANNA, Diretor

RUY MARQUES CORAL, Diretor

ANTONIO JURACY DE BRITO, Diretor

Joaquim do M. Vale

Reg. 77027 — CRC. 0415

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963 DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

Saldo do Exercício de 1962 ...	1.497.412,80	
Comissões de Cobrança	411.000,00	
Despesas Gerais	874.464,30	
Juros e Descontos	158.181,40	
Prejuízos a Ressarcir	2.941.058,50	
	2.941.058,50	2.941.058,50

Belém, 31 de dezembro de 1963.

PAULO MOTA DE CASTRO, Presidente

CARLOS AUGUSTO DA SILVA COSTA, Diretor

JOÃO GARIBALDI MARTINS VIANNA, Diretor

RUY MARQUES CORAL, Diretor

ANTONIO JURACY DE BRITO, Diretor

Joaquim do M. Vale

Reg. 77027 — CRC. 0415

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Dando cumprimento às disposições legais, os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Mônica, S. A., após procederem o minucioso exame nas contas apresentadas pela Diretoria, encontraram tudo em perfeita ordem e em situação regular a escrita, documentos, Contas de Lucros e Perdas, bem como o Balanço Geral relativo ao exercício financeiro de 1962, são de parecer de que a Assembléia Geral Ordinária deve aprovar todas as contas e atos praticados pela Diretoria.

ATHAUALPA JOSÉ LOBATO FERNANDEZ

JOSÉ XAVIER TEIXEIRA

ALCYR VASCONCELOS DA COSTA BRAGA

(Ext. — Dia 25-4-64).

CONSTRUTORA E IMOBILIARIA MACON, S/A RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Diretoria da "Construtora e Imobiliária Macon, S/A", cumprindo disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de apresentar este Relatório, refe-

rente ao exercício financeiro encerrado em 31 de Dezembro de 1963, bem como o Balanço Geral e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas que submetemos à apreciação da ilustre Assembléia, para aprovação se assim os senhores acionistas o entenderem.

Certa de ter empregado os maiores esforços em proveito social, incluindo nosso compromisso inicial de trabalho, procuramos obter um resultado satisfatório dentro de nossas reais possibilidades.

Belém, 20 de Abril de 1964.

aa) Hermógenes Urdininea Condurú

Manoel Ibiapina Araujo Cavaleiro de Macêdo

BALANÇO GERAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963
— A T I V O —

I — DISPONIVEL	
Caixa	23.291.217,00
Bco. Ultramarino Brasileiro S.A	24.987,40
Bco. da Lavoura de Minas Gerais S/A	12.332,80
Bco. Francês e Brasileiro S/A	5.605,50
Bco. Com. e Ind. de Minas Gerais S/A	2.196.787,20
	<u>25.530.929,90</u>
II — IMOBILIZADO	
Maquinismos e Equipamentos	2.492.190,00
Veículos Motorizados	1.000.600,00
Terreno p/ Edificação	8.000.000,00
Ferramentas e Utensílios	168.563,20
Móveis e Utensílios	167.000,00
	<u>11.828.353,20</u>
III — REALIZAVEL	
Edifício Eccir	22.140.481,10
Antônio Barreto	1.769.153,50
Colégio Gentil Bittencourt	87.150,00
Associação Berço de Belém ...	297.575,80
Condôminos C/ Inst. Telefônicas	829.388,40
Condôminos Ed. Ant. Velho C/ Compra	19.483.835,00
Depósitos em Garantia	7.125,00
Empréstimo Compulsório	5.000,00
Promissórias a Receber	300.000,00
	<u>44.919.708,80</u>
IV — TRANSITÓRIO C/ ALHEIA	
Cond. Ed. Eccir C/ Compra	39.169.310,00
V — COMPENSAÇÃO	
Ações Caucionadas	40.000,00
	<u>Cr\$ 121.488.301,90</u>

— P A S S I V O —

I — NAO EXIGIVEL	
Capital	60.000.000,00
Lucros Suspensos	9.472,10
	<u>60.009.472,10</u>
II — EXIGIVEL	
Dividendos a Pagar	3.000.000,00
Duplicatas a Pagar	5.930.464,20
Contas Correntes	9.678,20
Obrigações a Pagar	4.694.187,40
Promissórias a Pagar	3.000.000,00
	<u>16.634.329,90</u>
III — TRANSITÓRIO C/ ALHEIA	
Cond. Ed. Eccir C/ Venda	44.804.500,00
IV — COMPENSAÇÃO	
Caução da Diretoria	40.000,00
	<u>Cr\$ 121.488.301,90</u>

Belém, 12 de abril de 1964.

Heitor da Silva Nunes, C.R.C. — Pa. 0312

aa) Hermógenes Urdininea Condurú

Manoel Ibiapina Araujo Cavaleiro de Macêdo

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963

CONDÔMINOS EDF. ANT. VELHO C/ VENDA

	DÉBITO	CRÉDITO
Fecho desta Conta	144.203.751,00	
Contratantes de Construções		
Idem	1.891.763,50	
Receitas Eventuais		
Idem	53.200.000,00	
Juros e Descontos		
Idem	7.738.013,00	
Restaurante		
Idem	1.170,00	
Conservação de Máquinas e Equipamentos		
Idem		70.845,70
Comissões		
Idem		807.331,00
Corretagens		
Idem		946.065,00
Despesas Bancárias		
Idem		841.139,50
Despesas Gerais		
Idem		14.074.290,70
Fretes, Despachos e Transportes		
Idem		9.252.672,00
Edifício Antonio Velho		
Idem		145.758.780,40
Gazômetro		
Idem		1.306.162,30
Gastos de Instalação		
Idem		2.528.514,30
Previdência Social		
Idem		1.400.479,10
Veículos C/ Custeio		
Idem		2.013.458,20
Lucros e Perdas		
Idem		25.025.487,20
Dividendos a Pagar		
5% S/ o Capital		3.000.000,00
Lucros Suspensos		
Valor da Conta		9.472,10
		<u>207.034.697,50</u>
		<u>207.034.097,50</u>

Belém, 12 de abril de 1964.

Heitor da Silva Nunes — C.R.C. — Pa. 0312

aa) Hermógenes Urdininea Condurú

Manoel Ibiapina Araujo Cavaleiro de Macêdo

PARECER DO CONSELHO

Em reunião realizada em 18 de abril de 1964, o Conselho Fiscal da "Construtora E Imobiliária Macon, S.A.", examinou as Contas, o Balanço Geral e a respectiva demonstração da Conta de Lucros e Perdas, achando tais documentos na mais perfeita ordem, é de merecer que os mesmos merecem integral aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

Belém, 20 de abril de 1964.

(aa) José Rabello de Lima

Raul Damasceno Lima

José Maria de Oliveira Lima

(Ext. — Dia 25-4-64).



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Justiça

ESTADO DO PARÁ

ANO XXV

BELÉM — SÁBADO, 25 DE ABRIL DE 1964

NUM. 6.128

EDITAIS JUDICIAIS

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
Concurso de Escrevente Jura-
mentado de 1a. Entrância da
Justiça Militar

Na prova escrita de Organiza-
ção Judiciária e Processo Penal
Militar, realizada no dia 6 de
março de 1964, na Auditoria da
8a. Região Militar, nesta cidade
de Belém, Estado do Pará, não
houve aprovação de nenhum
dos candidatos que fizeram a
aludida prova.

Rio de Janeiro, 20 de março
de 1964.

(a.) Dr. YACO DE BLEASBY
FERNANDES, Auditor Presiden-
te da Comissão Examinadora.
(Dia 25-4-64)

COMARCA DA CAPITAL

Hasta Pública

O doutor Ruy Buarque de Li-
ma, Juiz de Direito da Séti-
ma (7a.) Vara Cível da Co-
marca da Capital do Estado do
Pará, República dos Estados
Unidos do Brasil, etc.

FAZ SABER aos que o pre-
sente edital virem ou dêle co-
nhecimento tiverem que no dia
sete (7) de maio vindouro, às
dez horas no Palacete do Fo-
rum e à porta da sala das au-
diências deste Juízo, irá a pú-
blico pregão de venda e arrema-
tação em Hasta Pública, o se-
guinte bem arrolado pertencen-
te ao casal, nos autos de Des-
quite Amigável entre partes,
Raimundo Bastos Rodrigues e
Maria Antonieta dos Santos Ro-
drigues, a seguir descrito: —

TERRENO EDIFICADO nesta ci-
dade à Passagem Laura Malcher
número vinte e três (23), sito à
Travessa Itororó, medindo seis
metros de frente por vinte e
três metros de fundos
(6,00m x 23,00m), confinando de
ambos os lados com propriedade
de quem de direito, com os se-
guintes característicos — cons-
trução térrea, no alinhamento da
rua, com um pátio em sua par-
te frente mosaicada e forrado,
servido por uma porta de en-
trada lateral e por uma janela
de frente, contendo as seguintes
dependências — sala de visitas,
um quarto, corredor de passagem
e varanda, todos esses compart-
imentos de pisos de tacos de
acapú e páu amarelo e forrados;
cozinha cimentada e sanitários
cimentados e sem fôrro, paredes
principais e divisórias de enchí-
mento e tabiques; cobertura de
telhas de barro; em regular es-
tado de conservação; situado em
local considerado regular; ava-
liado em setecentos mil cruzeiros
(Cr\$ 700.000,00).

Quem pretender arrematar o
bem acima descrito, deverá com-
parecer no local, dia e hora
acima designados, a fim de dar
seu lance ao porteiro dos Audi-
tórios, que aceitará o de quem
mais oferecer sobre a avaliação.
O comprador pagará à banca
o preço de sua arrematação bem
como as comissões do porteiro,
escrivão e a respectiva carta de
arrematação.

E, para que chegue ao conhe-
cimento de todos os interessados
e ninguém possa alegar igno-
rância, manda expedir o presen-
te edital com o prazo de vinte
dias, que será publicado no "Diá-
rio da Justiça", e na imprensa
desta Capital e afixado no lu-
gar de costume, na forma da
lei.

Dado e passado nesta cidade
de Belém, Capital do Estado do
Pará, aos dezessete dias do mês
de abril de mil novecentos e
sessenta e quatro.

Eu, João Afonso de Souza Mo-
narcha, Escrivão Substituto o
datilografar.

Eu, Judith Monarca e Pepes,
Escrivã Vitalícia, conferi e sus-
bscrevo.

(a.) RUY BUARQUE DE LIMA,
Juiz de Direito da 7a. Vara da
Comarca de Belém do Pará.
(Ext. — 25/4/64)

JUIZO DE DIREITO DA 9a VARA DA COMARCA DA CAPITAL 3a Pretória

O Dr. Jair Albano Loureiro,
3o Pretor Criminal.

E D I T A L

Doutor Jair Albano Lourei-
ro, 3o Pretor Criminal, faz
saber ao que este lerem ou
dele tomarem conhecimento,
que pelo Doutor 2o Promotor
Público da Capital, foi de-
nunciado Ronildo Brasileiro
da Silva, pernambucano, mo-
torista residente e domicilia-
do nesta cidade à Apinagés
número 560, como incurso no
art. 121, § 3o e 4a e 129,
§ 6o e 7o, todos do Código
Penal. E como não foi en-
contrado pessoalmente, para
que o denunciado, sob pena
de revelia, compareça à es-
ta Pretoria no dia 15 do mês
en'ante, às 9,00 horas, afim
de ser interrogado acêrca do
crime de Homicídio Culposo

e Lesões Corporais, do qual
é acusado.

Belém, 16 de Abril de 1964
Eu, Mário Santos, escrivão.
O Pretor: Jair Albano Lourei-
ro. 3o Pretor Criminal.

Poder Judiciário REPARTIÇÃO CRIMINAL JUIZO DE DIREITO DA 9a VARA DA COMARCA DA CAPITAL

O Doutor Reynaldo Sampaio
Xerfan Juiz de Direito da
9a Vara e Presidente do
Tribunal do Juri, etc.

Faz saber aos interessados
que hoje, às 10 horas, na sala
do Tribunal do Juri, procé-
deu-se ao sorteio dos 21 ju-
rados que tem de servir nos
trabalhos da 1a reunião pe-
riódica do corrente ano, a
instalar-se no dia 5 de maio,
próximo, às 14 horas, e que
são os seguintes:

- 1 — Maria Engracia Cor-
rêa Brandão.
- 2 — Dulce de Carvalho
Chaves.
- 3 — João da Costa Forte.
- 4 — Doris Veiga Franco.
- 5 — José Henrique Gurjão.
- 6 — José Caetano de Menezes
- 7 — Raimundo de Souza
Cruz.

- 8 — Ivete Lima de Araújo.
- 9 — Aúrea de Souza Braga.
- 10 — Paulo de Tarso Klau-
tau.
- 11 — Mário Pereira da Ro-
cha.
- 12 — Torquato Ribeiro
Dantas.
- 13 — Marli Bezerra da Ma-
ta.

- 14 — Ismael Souza de Oli-
veira.
- 15 — Mário Lacerda de
Araújo.
- 16 — Maria de Lourdes
Batista Franco.
- 17 — Iolando Djalma Cor-
rêa.
- 18 — Adelino de Oliveira
Pinto.
- 19 — Dioclecio da Silva
Godinho.
- 20 — Terezinha de Jesus
Costa Nassar.
- 21 — Otávio Ribeiro Gui-
lhon.

E para que chegue ao co-

nhecimento dos jurados e de
quem interessar possa, est-
será afixado em original, no
lugar de costume e publicado
no "Diário Oficial" do Estado,
afim de que ditos jurados
compareçam no dia, hora e
lugar acima mencionados pa-
ra tomarem parte nos refe-
ridos trabalhos sob as penas
da lei. Dado e passado nes-
cidade de Belém, Capital do
Estado do Pará, aos 17 dias
do mês de abril de 1964.

Eu Josedina Rodrigues da
Costa secretária o datilogra-
fei e subscrevi.

Reynaldo Sampaio Xerfan
Juiz de Direito da 9a Vara e
Presidente do Tribunal do
Juri

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Faço público para conhe-
cimento de quem interessar
possa que deram entrada nes-
ta Secretaria sendo registra-
dos nesta data os autos de
Agravo da Comarca da Capi-
tal em que são partes como
Agravantes: — Borges &
Amorim e Agravado: — Dil-
son Freitas a fim de ser pre-
parado dito Agravo para
sorteio de relator distribui-
ção e julgamento por uma
das Câmaras dentro do pra-
zo de cinco (5) dias a contar
publicação deste nos termos
da lei em vigor.

Secretaria do Tribunal de
Justiça do Estado do Pará —
Belém, 20 de abril de 1964.

LUIS FARIA — Secretário

E D I T A L

Faço público para conhe-
cimento de quem interessar
possa que deram entrada
nesta Secretaria sendo regis-
trados nesta data os autos de
Apelação Cível da Comarca
da Capital em que são par-
tes como Apelante: — Manoel
Ferreira da Silva e Apelado:
Hassib Bechara a fim de ser
preparada dita Apelação pa-
ra sorteio de relator distri-
buição e julgamento por
uma das Câmaras dentro do
pazo de dez (10) dias a
contar da publicação deste
nos termos da lei em vigor.

Secretaria do Tribunal de
Justiça do Estado do Pará —
Belém, 20 de abril de 1964.

LUIS FARIA — Secretário